



**Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas**

Universidade Técnica de Lisboa



**A EMPRESA MULTINACIONAL E A RESPONSABILIDADE SOCIAL  
EMPRESARIAL – UMA ABORDAGEM AO SEU ENQUANDRAMENTO NO  
ÂMBITO DA GOVERNAÇÃO GLOBAL**

Dissertação para obtenção de grau de Mestre em Relações Internacionais

**Mestranda** Lúcia Cândido Cardoso

**Orientador** Doutora Maria José da Silveira Núnzio

**Lisboa 2011**

### Agradecimentos

A elaboração desta tese de mestrado contou com a colaboração de pessoas e organizações, às quais gostaria de agradecer:

Aos meus pais, pelos valores que me transmitiram, fundamentais na minha formação pessoal, e ainda pela motivação, compreensão e força, com que sempre me acompanharam;

À Doutora Maria José da Silveira Nuncio, orientadora da dissertação, pelo apoio, partilha de conhecimento e valiosas contribuições para o trabalho;

Ao Engenheiro Carlos Brazão e ao Dr. Nuno Varandas, *executive sponsors* desta iniciativa, pela visão e apoio demonstrados na elaboração e concretização da fase de projecto aqui apresentada;

Ao Manuel Posser de Andrade e ao Pedro Fernandes, pela elaboração do projecto e apoio técnico;

A Félix Bolanos, Délcio Martins e Nuno Archer de Carvalho por me darem a conhecer a realidade da comunidade aqui apresentada, facultando toda a informação relevante;

À Câmara Municipal de Loures pela disponibilidade com que acolheram o projecto;

À Reallife Technologies pela disponibilização de recursos humanos;

A todos o meu Obrigado.



## Índice

<b>1 - Introdução.....</b>	<b>5</b>
<b>2 - Metodologia .....</b>	<b>8</b>
<b>3 – Os actores das Relações Internacionais .....</b>	<b>11</b>
3.1 - Definição .....	11
3.2 As Empresas Multinacionais enquanto actores das Relações Internacionais .....	15
<b>4 – Globalização e Governo Global.....</b>	<b>26</b>
4.1 - A ordem mundial desde o Tratado de Vestfália .....	27
4.2 – As dimensões da globalização .....	31
<b>5 – Empresa Multinacional e Responsabilidade Social Empresarial na Governação Global.....</b>	<b>35</b>
5.1 - Origem da Responsabilidade Social Empresarial.....	37
5.2 - Definição de Responsabilidade Social Empresarial .....	39
5.3 – O apelo das Iniciativas Globais.....	47
<b>6 – A Multinacional e a RSE – <i>Cisco Systems</i> .....</b>	<b>54</b>
6.1 – Breve contextualização da Empresa .....	54
6.2 – Instrumentos de RSE na <i>Cisco Systems</i> .....	58
6.3 – RSE na <i>Cisco Systems</i> – exemplos na Europa .....	61
6.4 – A doação à comunidade e o alinhamento com as iniciativas globais .....	63
<b>7 – Conclusões .....</b>	<b>70</b>
<b>Bibliografia.....</b>	<b>74</b>

## 1 – Introdução

São objectivos deste trabalho observar e fornecer um enquadramento à Responsabilidade Social das Empresas no âmbito das Relações Internacionais, como produto da acção das Empresas Multinacionais. Pretende observar-se em que termos se move a Empresa neste contexto, no que respeita à resposta ao apelo das Organizações Internacionais para a contribuição daquelas para os desafios do desenvolvimento, num quadro de governação global. Termina-se a análise com um estudo de caso na área da Responsabilidade Social Empresarial, realizado por uma Empresa Multinacional a operar em Portugal, procurando compreender em que medida pode o mesmo enquadrar-se no âmbito de iniciativas globais, e a pertinência da sua contribuição para um desenvolvimento sustentado.

Ao longo do trabalho e atendendo aos seus objectivos, que se prendem com a sistematização do conhecimento em torno do tema, procuramos ainda responder a questões como: Qual a importância da Responsabilidade Social Empresarial no campo das Relações Internacionais? Porque motivo e estudamos e qual a relevância para o tema? Decidimos abordar o enquadramento da Responsabilidade Social Empresarial (RSE) nas Relações Internacionais através da caracterização da actividade das Empresas Multinacionais (Multinacionais), enquanto actores de relevância cada vez maior no contexto da governação global. Consideramos que se encontra ainda pouco sistematizado o estudo da empresa como agente da governação global através das suas práticas de RSE. O tema, embora presente nos meios de comunicação social, divulgado pelas iniciativas globais, definido e reconhecido no seio dos Estados e das Organizações Internacionais (OI), de carácter intergovernamental ou até mesmo supranacional, aparece abordado ainda de forma pouco sistematizada e divulgada ao nível da relação da Multinacional enquanto agente catalizador da governação global e do desenvolvimento.

Ao longo do trabalho, outras questões são abordadas, tais como: De que forma encontramos o contributo da Empresa Multinacional na RSE? De que forma encontramos essa contribuição nas Relações Internacionais? A Multinacional, e no caso específico deste trabalho, a *Cisco Systems*, tem contribuído para a RSE nas suas vertentes endógena e exógena. Em primeiro lugar, ao nível dos seus recursos humanos,

fomentando o respeito pelos direitos humanos, pela diversidade étnico-cultural e de género, pelo ambiente, bem como fornecendo as condições adequadas a um equilíbrio entre a vida laboral e pessoal dos colaboradores. Em segundo lugar, associando-se a iniciativas lançadas no seio de Organizações Internacionais (OI), pelo sector privado (posteriormente reconhecidas e integradas nas OI) e outras, de carácter não governamental, lançadas no seio da sociedade civil – as quais descrevemos mais a frente, neste trabalho. Todas estas reconhecem a importância da intervenção do sector privado na promoção e execução de acções social e ambientalmente responsáveis, visando ao desenvolvimento global, porquanto todos são agentes da governação global. É no seio destas iniciativas e OI, ainda, reconhecida a crescente importância da RSE como veículo para o movimento na direcção de um desenvolvimento sustentado; as entidades do sector privado, têm o reconhecimento, no seio destas iniciativas, da sua capacidade de influenciarem e agirem em direcção àquele.

A importância da RSE no campo das Relações Internacionais deriva também do reconhecimento de todos os actores (aqueles que a praticam e os que a observam, os que a incentivam e os que a procuram regulamentar). Este reconhecimento tem em conta a participação de todos os actores na governação global, derivada da mudança à qual assistimos na ordem internacional, observando-se um gradual distanciamento da ordem *vestfaliana*.

Os objectivos da investigação prendem-se ainda com a sistematização do conhecimento em torno do alinhamento das actividades e impacto da RSE com as iniciativas globais, e do seu enquadramento no contexto da governação global.

Concluimos com o estudo de um caso. Neste, observamos a actividade da empresa multinacional ao nível do impacto numa comunidade do país de acolhimento da filial.

O trabalho encontra-se dividido em sete capítulos. No primeiro, definimos quem são os actores das Relações Internacionais, atendendo à consideração das Multinacionais enquanto parte deste grupo, dentro e fora do Direito. Em seguida, debruçamos-nos sobre os conceitos de globalização e governação global, definindo-os e enquadrando as empresas na formação dos mesmos. No terceiro capítulo, aprofundamos o estudo das Multinacionais e do seu impacto na governação global, dando especial enfoque às práticas de RSE nesta matéria, abordando a questão da sua regulamentação (e/ou das

suas lacunas), enquadrando ainda estes actores como participantes em iniciativas promovidas a nível global por outros actores das Relações Internacionais, que visam o desenvolvimento sustentado. No quinto capítulo, tem lugar o estudo de um caso de RSE, praticado por uma Multinacional a operar em Portugal, procurando compreender se e em que medida vai ao encontro dos objectivos definidos no seio das OI que promovem a participação do sector privado nas iniciativas e *fora* globais. Concluímos com considerações acerca do impacto deste caso, bem como com considerações acerca do seu enquadramento ao nível das práticas de Responsabilidade Internacional no âmbito das Relações Internacionais.

Obviamente, a motivação pessoal foi determinante na escolha do objecto de estudo e metodologia utilizada. A realização deste trabalho teve por base metodológica a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso.

No que respeita ao primeiro método, encontramos-lo definido por Cervo e Bernian como aquele que “explica um problema a partir de referenciais teóricos publicados em documentos. Pode ser realizada independentemente ou como parte da pesquisa descritiva ou experimental. Ambos os casos buscam conhecer e analisar as contribuições existentes sobre um determinado assunto, tema ou problema”<sup>1</sup> Os autores explicam que este tipo de pesquisa faz parte da pesquisa descritiva ou experimental, quando o objectivo é a recolha de informação e conhecimentos prévios, acerca de uma temática ou problema para o qual se procura resposta, ou acerca de uma hipótese que se quer experimentar. Por ser de natureza teórica, a pesquisa bibliográfica é parte obrigatória, da mesma forma como em outros tipos de pesquisa, pois é através dela que tomamos conhecimento da produção científica existente. A pesquisa bibliográfica “é desenvolvida mediante material já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros. Por meio dessas bibliografias reúnem-se conhecimentos sobre a temática pesquisada. Com base nisso é que se pode elaborar o trabalho monográfico, seja o objectivo do mesmo a abordagem de uma perspectiva histórica ou reunir diversas publicações isoladas e atribuir-lhes uma nova leitura”.<sup>2</sup> No que concerne ao objectivo, procurou recorrer-se a uma pesquisa de carácter descritivo, porquanto esta “visa descrever as características de determinada população ou fenómeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis.”<sup>3</sup>

A consulta de informação foi realizada com recurso a publicações científicas, disponíveis em suporte físico e electrónico. Foram utilizados os canais de comunicação

---

<sup>1</sup> Cervo, Amado Luiz e Bervian, Pedro Alvino, *Metodologia Científica (para uso dos estudantes universitários)*, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983, pag 55

<sup>2</sup> Raupp, Fabiano Maury e Beuren, Ilse Maria, *Metodologia da pesquisa aplicada às Ciências Sociais*, pag 11, disponível em [http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf) , consultado em 30 de Abril de 2011

<sup>3</sup> Menezes, Estera e Silva, Edna, *Metodologia da Pesquisa e Elaboração da Dissertação*, Florianópolis, 2001, pag 21, disponível em <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf> , consultado em 1 de Maio de 2011



formais, sendo o recurso feito a materiais armazenados de forma permanente ou recuperável<sup>4</sup> (livros, documentos disponíveis para consulta *online*).

Para além da pesquisa bibliográfica, utilizou-se ainda o método do estudo de caso. O desenho do projecto neste trabalho mencionado teve como base uma pesquisa de comunidades nas quais uma empresa do ramo das tecnologias de informação e um programa de doação de equipamentos, descrito mais à frente neste trabalho, pudessem enquadrar-se com vista à criação de um impacto positivo. Após considerações acerca do objectivo do mesmo, teve lugar a passagem por etapas na elaboração deste documento tais como a “delimitação do enquadramento teórico-conceptual (...), a realização de uma proposta/plano de pesquisa. A segunda etapa, que diz respeito aos preparativos da investigação, isto é, ao conjunto de questões que têm de ser avaliadas antes de se iniciar a recolha de dados: (...)o acesso às fontes de dados, como superar os eventuais problemas éticos daí decorrentes e como seleccionar quem observar ou entrevistar”.<sup>5</sup>

No que respeita ao acesso à informação, este foi de carácter livre e informal. A pesquisa bibliográfica foi sempre realizada através da consulta de publicações de acesso livre. No que respeita ao estudo de caso, as entidades envolvidas (Câmara Municipal de Loures, Associação de Jovens da Apelação, Programa Escolhas, *Cisco Systems* Portugal) demonstraram sempre total disponibilidade para facultar informação, de forma directa, havendo um grande grau de abertura e informalidade sobretudo na relação com comunidade observada. A informação extraída de fonte documental (primária e secundária) foi sempre de fácil acesso e voluntariamente cedida pelas entidades envolvidas.

Na escolha da metodologia para o estudo da comunidade, importa ainda referir que partimos da tese de que a info-exclusão em nada beneficia comunidades desfavorecidas, e de que o acesso à informação e a dotação de infraestruturas para o acesso à mesma podem contribuir de forma positiva para o seu desenvolvimento - sem, contudo, apresentar métricas ou conclusões, nesta fase do projecto.

---

<sup>4</sup>Idem, pag 15 disponível em <http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf> consultado em 1 de Maio de 2001

<sup>5</sup> Moreira, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, ISCSP, UTL, Lisboa, 1994, pags 19-20

O trabalho encontra-se, de algum modo, condicionado pela literatura existente, sendo que a temática da governação global se encontra estudada de forma aprofundada pelos teóricos das Relações Internacionais, disponível em grande número de publicações, aos níveis científico e académico, embora a questão da Responsabilidade Social das Empresas não encontre difusão tão alargada, ao nível da sua relação com a governação global. No que respeita à análise do enquadramento das políticas de RSE no contexto das Relações Internacionais, os trabalhos publicados nesta acerca desta matéria encontram-se disponíveis para consulta sobretudo a partir da sua pesquisa na *Internet* – (será este um sinal da globalização da RSE?).

No que diz respeito à “generalização” das conclusões, é necessário salientar que as metodologias de investigação não têm o propósito de generalizar os resultados obtidos mas sim de conhecer profundamente casos concretos e particulares<sup>6</sup>. O objectivo geral do trabalho é portanto o estímulo à reflexão acerca do tema, tendo procurado abordar o tema de uma perspectiva própria.

### 3 – Os actores das Relações Internacionais

---

<sup>6</sup> Yin, Robert K., *Case Study Research: Design and Methods, (Applied Social Research Methods)*, Sage.3ª Ed, Thousand Oaks, CA, 2003, pag 23

Este capítulo pretende apresentar as entidades consideradas como actores das Relações Internacionais e compreender de que forma se enquadram as Multinacionais nesta definição. Começamos por definir quais são estes actores, caracterizando-os formalmente e procurando classificá-los segundo critérios de natureza funcional, bem como à luz do Direito Internacional. Observamos ainda com particular destaque a caracterização funcional das empresas Multinacionais neste âmbito.

### 3.1 – Definição

No dicionário de Relações Internacionais, encontramos a seguinte definição:

“Por actores das Relações Internacionais entendemos todos os agentes ou protagonistas com capacidade para decidir das relações de força no sistema internacional, isto é, agentes com poder para intervir e decidir das Relações Internacionais aos seus mais altos níveis, de forma a poderem atingir os seus objectivos. A Política Internacional, depende, em grande parte, do jogo dos actores. Dentro dos actores podemos distinguir o actor principal (o Estado), os actores públicos (organizações internacionais) ou actores privados (indivíduos, empresas, organizações não governamentais, etc.) ou, de outra forma, actores principais, derivados e secundários.”<sup>7</sup>

Para além da enumeração destes actores, podemos ainda abordar a classificação dos mesmos seguindo três critérios distintos: a natureza territorial e funcional, o grau de importância e o grau de autonomia.<sup>8</sup> No que respeita ao primeiro critério, encontramos os Estados como o actor territorial mais importante. “Os actores territoriais são os que têm a sua existência e actuação regulada e limitada pela ocupação de determinado território geográfico ou territorial”<sup>9</sup>. Actores funcionais, por sua vez, são aqueles que actuam eficazmente no desempenho de funções essenciais à sociedade internacional - enquadram-se aqui as organizações internacionais. Quanto ao grau de importância, distinguem-se aqui actores principais de actores secundários – Os Estados e as

---

<sup>7</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 6

<sup>8</sup> OLIVEIRA, Odete Maria de, *Relações Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba, Juruá, 2001, in Marques, Guilherme Bez, *VELHOS E NOVOS ATORES: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE VESTFÁLIA AO SÉCULO XXI*, publicação online da revista IUS GENTIUM – Revista Virtual, Teoria e Direito no Comércio Internacional, pag 3, disponível em <http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>, consultado em 12 de Abril de 2011

<sup>9</sup> Idem, pag 3

organizações internacionais de carácter supranacional<sup>10</sup> (ONU, UE) como principais, e as organizações nascidas da sociedade civil, os poderes erráticos, a igreja católica, os indivíduos que assumem uma intervenção, não subordinada ao poder político, na vida internacional.<sup>11</sup>

No campo das organizações internacionais (OI), estas compreendem as organizações intergovernamentais (OIG), podendo ainda incluir-se neste grupo as organizações não governamentais (ONG). As primeiras são hoje “actores permanentes, dinâmicos, imprescindíveis e portanto incontornáveis da cena internacional”<sup>12</sup>. A primeira organização internacional moderna remonta ao Congresso de Viena, com a criação da Comissão Central do Reno - cuja função era disciplinarização da navegação nesse rio – e que ainda hoje se mantém em funções.<sup>13</sup> Contudo, é no século XX, mais propriamente no período entre guerras, e em particular após a Segunda Guerra Mundial, que se assiste ao florescimento das organizações internacionais. Vocacionadas para a promoção da paz universal e o progresso mundial, após a primeira das guerras mundiais assiste-se a um florescimento da cooperação internacional no quadro de OI de índole diversa: a Sociedade das Nações, criada pelo tratado de Versailles (que determina também a criação do Tribunal Permanente de Justiça Internacional, funcionando como órgão de consulta da Sociedade das Nações, e a Organização Internacional do Trabalho), e, ainda antes do término da Segunda Guerra Mundial, a Organização das Nações Unidas. Com o objectivo da preservação da paz e da promoção da cooperação internacional em vários domínios, o sistema das Nações Unidas engloba, ainda, diversos organismos, de criação anterior e posterior à ONU, entre os quais encontramos a UNESCO, o BIRD, o FMI, a OMS, a OMM, a ONUDI, bem como outras criadas *ex novo* pela ONU, como a UNICEF, a CNUCED, o UNHCR, para nomear alguns. Fora do sistema das Nações Unidas contam-se também organismos de carácter regional, como a NATO, a União Europeia, a NAFTA, a OPEP, entre outras.<sup>14</sup> Várias são ainda as definições encontradas

---

<sup>10</sup> Marques, Guilherme Bez, em *VELHOS E NOVOS ATORES: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE VESTFÁLIA AO SÉCULO XXI*, publicação online da revista IUS GENTIUM – Revista Virtual, Teoria e Direito no Comércio Internacional, pag 4, disponível em <http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>, consultado em 12 de Abril de 2011,

<sup>11</sup> Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 1999, pag 18

<sup>12</sup> Campos, João Mota e outros, *Organizações Internacionais – Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações de que Portugal é Membro*, Lisboa, Fundação Caloute Gulbenkian, 1999, pag 25

<sup>13</sup> Idem, pag 28.

<sup>14</sup> Idem, pags 30-32

para aquilo que constitui uma organização internacional: “uma associação voluntária de Estados, constituída por tratado internacional, regida nas relações entre as Partes por normas de Direito Internacional e que se concretiza numa entidade de carácter estável, dotada de personalidade jurídica, ordenamento jurídico próprio e bem assim de órgãos próprios através dos quais prossegue fins comuns aos seus membros mediante a realização de certas funções e o exercício dos poderes necessários que no respectivo pacto constitutivo lhes tenham sido conferidos<sup>15</sup> Numa definição mais simples, Organização Internacional é uma associação de sujeitos de Direito Internacional constituída com carácter de permanência por um adequado acto jurídico internacional, com vista à realização de objectivos comuns aos seus membros, prosseguidos através de órgãos próprios habilitados a exprimir, na conformidade das regras pertinentes do pacto constitutivo, a vontade própria – juridicamente distinta da dos seus membros – da especial pessoa jurídica que a OI é.<sup>16</sup>

As organizações não governamentais, são, por norma, associações constituídas por sujeitos de direito interno, de nacionalidade diferente, para a realização de diversas finalidades. Na definição do *ECOSOC* da ONU, encontramos que se definem como qualquer organização internacional que não é criada por acordo intergovernamental (ou acto jurídico internacional). Podem ainda agrupar-se em diversas categorias, de acordo com a sua finalidade – humanitária (Cruz Vermelha Internacional, AMI); de natureza social (Centrais Sindicais Internacionais); de natureza desportiva (FIFA), de carácter político (Internacional Socialista), entre outras.<sup>17</sup>

Quanto aos actores do sector privado, observamos a crescente importância das empresas hoje chamadas multinacionais, fenómeno que se transformou num dado fundamental das Relações Internacionais (no que atende, entre outras, às suas dimensão, função e influência na esfera política). Para além de todos os actores intervenientes nos planos da globalização e governação globais, interessa-nos, para o propósito deste trabalho, o estudo das empresas neste âmbito.

### 3.2 - As Empresas Multinacionais enquanto actores das Relações Internacionais

---

<sup>15</sup> Idem, citando Reuter, Paul, *Institutions Internationales*, P.U.F., 8ª edição, 1975, pag 36

<sup>16</sup> Idem, pag 37

<sup>17</sup> Idem, pags 24-25

“Segundo Max Gounelle, as firmas multinacionais são empresas cuja sede social se encontra num determinado país e que exercem as suas actividades num ou mais países, por intermédio de sucursais ou filiais, em que a estratégia e a gestão são concebidas ao nível de um centro de decisão único que coordena e dirige o conjunto, com vista a maximizar o lucro do Grupo. Assegurando as funções de produção em mais do que um Estado, elas são o vector principal dos investimentos internacionais, transformando-se, assim, num dos principais agentes das relações económicas internacionais, sendo, por vezes, potências económicas e financeiras superiores aos Estados onde localizam os seus investimentos e actividades, permitindo-lhes uma situação de quase monopólio ou mesmo monopólio de um certo sector económico mundial. Este processo de concentração económica põe em risco a livre concorrência bem como as bases do sistema económico neo-liberal criado em 1945.(...)”<sup>18</sup>

Para o Conselho Económico e Social francês, empresas multinacionais são: “Sociedades cuja sede social está em determinado país e exercem as suas actividades num ou vários países, por intermédio de sucursais ou filiais que coordenem”<sup>19</sup>

O fenómeno do florescimento do sector privado como agente de influência nas Relações Internacionais e, conseqüentemente, ao nível da governança global, situa-se na sua abrangência, ao nível da mobilidade de capitais e factores de produção. As conseqüências desta emergência não são ainda claras. O período entre guerras, na primeira metade do século XX, levou à intervenção maciça do Estado na economia. Os líderes de negócio responderam a esta intervenção, tornando-se como que “funcionários públicos encarregados da gestão de suprimentos militares e civis ao serviço de Estados beligerantes”<sup>20</sup>. Essa experiência deixou as suas marcas sobre as atitudes dos formuladores de políticas para o sector privado em países industrializados e naqueles em desenvolvimento, após 1945. Os formuladores das políticas económicas tornaram-se assim confiantes na sua capacidade para guiar e regular as forças do mercado para o bem público. (...) O ponto de viragem deu-se a partir de finais da década de 1970, com uma abordagem mais virada para o mercado - as empresas transnacionais, mobilizadoras de capitais e geradoras de tecnologia tornam-se assim actores legítimos

<sup>18</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 121

<sup>19</sup> Moreira, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Almedina, Coimbra, 1999, pag 374

<sup>20</sup> Wilkinson, Rorden, *The Global Governance Reader*, New York, Routledge, 2005, pag 37

na esfera internacional, com um papel a desempenhar num sistema emergente de governação global - muitas corporações transnacionais passam a produzir em vários continentes, a comprar e a vender em todo o mundo. Marcas e bens de consumo tornaram-se omnipresentes.<sup>21</sup>

Louis T. Wells, na obra compilada por Nye e Keohane<sup>22</sup>, analisa a empresa como organização internacional, partindo da especulação da ideia na qual se questiona se terá sido criada ou não uma nova forma de organização internacional (capaz ou não, de frustrar as políticas tradicionais do Estado-Nação). Afirma que as empresas, com subsidiárias espalhadas pelo mundo, terão potencial suficiente para iludir a influência de muitas políticas governamentais – têm a capacidade de contornar uma política monetária apertada, ao pedir dinheiro emprestado a uma filial noutro país e transferir os fundos através das fronteiras nacionais, manipular as altas cargas fiscais num particular Estado, através da manipulação das transacções da filial, deslocar a produção para outros países no caso de greves ou altos custos num mercado particular, transferir a tecnologia desenvolvida num dos países pode tornar-se rapidamente acessível noutros, através das comunicações em rede da empresa multinacional. A capacidade de exercício de todas estas opções, leva a que as empresas multinacionais se tornem entidades que devem ser compreendidas à luz das Relações Internacionais.<sup>23</sup>

Quanto à esfera de actuação no que respeita à relação com os governos, podemos distinguir aqui entre o governo de acolhimento e o de proveniência. No primeiro caso, encontramos que o governo de acolhimento, ao negociar a instalação de uma empresa multinacional ou uma projecto da mesma, a operar no seu território, está a negociar com um indivíduo com objectivos pessoais que poderão ser diferentes dos seus. O negociador, enviado pela sede com vista à negociação de um acordo com o governo de acolhimento, poderá, ou não, ser motivado a obter o maior número de concessões para a empresa que representa.<sup>24</sup> Daqui poderemos depreender a necessidade ou vontade que o governo de acolhimento tem de satisfazer os objectivos da empresa por forma a retê-la no seu território, e verificamos ainda que a empresa multinacional tem a capacidade de

---

<sup>21</sup> Idem, pag 37

<sup>22</sup> Nye, Joseph e Keohane, Robert, in *Transnational Relations and World Politics*, Harvard University Press, pag 97

<sup>23</sup> Idem, pag 97

<sup>24</sup> Idem, pag 110

negociar em pé de igualdade com o Estado. No que toca ao governo de proveniência, Wells diz-nos que a dificuldade reside em estimar a capacidade deste em influenciar as firmas, quando operam em países estrangeiros. Alguns casos existem, no caso dos EUA, em que políticas deste estado são citadas como exemplos do uso da empresa multinacional como extensão do poder do Estado, embora a escassez de exemplos aponte para a conclusão de que eventuais tentativas de controle por parte do governo de proveniência são bastante limitadas.<sup>25</sup>

Em relação ao seu modo organizacional, Wells observa ainda que a sua estrutura é em certa medida semelhante à de outras organizações internacionais e os seus problemas de gestão são comparados àqueles enfrentados pelos governos – um sistema altamente centralizado torna-se limitado no que toca à sua capacidade para alcançar a diversidade; se se expande demasiado, pode tender a fazer crescer interacções que maximizam mais os interesses locais do que aqueles do centro. A sua importância reside, diz-nos ainda Wells, na capacidade de mover recursos através das fronteiras internacionais, e na sua capacidade de tomar decisões sem levar em conta os interesses directos das suas operações num determinado país – importa analisá-las do ponto de vista político e não apenas do económico.<sup>26</sup>

Também Marini, na sua obra aqui citada, nos ajuda a compreender a importância da empresa multinacional, com actuação transnacional. Nas suas palavras: “*La corporación mundial de empresas es la primera institución de la historia dedicada a la planificación centralizada a escala mundial. (...) Se supone entonces que la clase de empresarios facultados para administrar una empresa planetaria aspira, de hecho, a encargarse de la administración del mundo.*”<sup>27</sup> Continua ainda, enfatizando o peso da actuação transnacional destas empresas: “*El aspecto revolucionario más notable de la empresa planetaria no es su tamaño sino su visión política mundial. Lo que estas empresas y sus administraciones exigen es, en definitiva, el derecho a trascender el estado nacional e transformarlo. La meta del conglomerado empresario transnacional reside en la sustitución del patrimonio nacional por el “patrimonio corporativo empresario”, es decir, para conseguir la integración planetaria, la lealtad a la empresa mundial debe*

---

<sup>25</sup> Idem, pag 111

<sup>26</sup> Idem, pags 113-114

<sup>27</sup> Marini, Jose Filipe, *El Conocimiento Geopolítico*, Universidad Nacional de Tucumán, 1985, pag 449



*prevalecer por encima de otra lealtad política. Sin embargo, el auge de las trasnacionales ha corrido parejo con el auge extraordinario en las actividades y pretensiones del moderno estado nacional. Surge en forma evidente que el objetivo y la estrategia de la empresa trasnacional no coinciden, en la mayoría de los casos, con las del estado nacional y, en consecuencia, sus intereses difieren y se contraponen. Es por ello que en un marco realista y aceptando la magnitud lograda por la empresa trasnacional, el estado debe incrementar una nueva estrategia a fin de neutralizar la tensión entre la supuesta racionalidad económica de los intereses trasnacionales y la soberanía política de las naciones estados, condición para el mantenimiento de las esenciales libertades humanas. (...) Esta circunstancia nos lleva a considerar que en cualquier situación geopolítica mundial se conjugan simultaneamente – porque cada cosa es parte de la otra, es decir, la interdependencia es total – los intereses vitales del estado nacional, de la corporación mundial de empresas (...).”<sup>28</sup>*

Já em 1972, Salvador Allende trouxe o foco da comunidade internacional para a crescente importância das empresas multinacionais. Ao discursar na ONU, diz-nos que “Estamos perante um confronto directo entre as grandes corporações multinacionais e os Estados. As corporações estão interferindo nos fundamentos da actividade política, nas decisões políticas, económicas e militares fundamentais dos Estados. As corporações são organizações globais que não dependem de nenhum Estado e cujas actividades não são controladas e nem reportadas a nenhum parlamento ou outra instituição representativa dos interesses colectivos. Em resumo, toda a estrutura política mundial está sendo solapada. São negociantes que não têm uma pátria. O lugar em que podem estar não se constitui em nenhum tipo de vínculo; a única coisa que lhes interessa é fazer lucros”.<sup>29</sup>

A controvérsia gerada em torno das mesmas, leva a alguns receios ao nível da sua actuação, e, na busca de respostas para a sua complexidade, a necessidade de regulamentação destes actores torna-se uma questão premente: “*Multinationals are among the most controversial players in the national stage today. But what are multinationals? Why are people so concerned about them? Is it possible to regulate*

---

<sup>28</sup> Idem, pag 449-450

<sup>29</sup> Kucinski, Bernardo, *O que são Multinacionais* – Bernardo Kucinski, Brasiliense, 5ª edição, 1983, pag 19

*multinationals effectively? Or are they, as many people believe, beyond the law?”*<sup>30</sup>. Partido da questão colocada por Jennifer Zerk, será este importante actor um sujeito de Direito Internacional? Quais serão então os limites que se impõe à sua actuação? Existem? No âmbito ordem mundial que hoje encontramos, como se delimita a sua contribuição?

Na tentativa de responder a estas perguntas, passamos a enumerar aqueles que são considerados os sujeitos do Direito Internacional.

Considera-se “a primazia dos Estados como sujeitos de Direito. Como observa o professor Freidman: “A razão essencial para esta posição consiste, obviamente, no facto de “o mundo de se encontrar actualmente organizado com base na coexistência pacífica dos Estados e de as mudanças fundamentais só terem lugar através da acção positiva, ou negativa, dos Estados”<sup>31</sup>.

No entanto, e deparando-nos com uma multiplicidade e complexidade de actores hoje em cena no palco das Relações Internacionais, serão os Estados os únicos sujeitos do Direito Internacional? Vejamos uma definição de âmbito mais abrangente: “São os Estados e as Organizações Internacionais (se existirem as condições apropriadas) que representam os tipos normais de pessoas jurídicas, no plano internacional. Contudo, como se tornará evidente na devida altura, as realidades das Relações Internacionais não são redutíveis a uma simples fórmula, sendo esse cenário algo complexo. Os “tipos normais” têm tipos congéneres que criam problemas, existindo várias entidades, incluindo os povos não autónomos e o indivíduo, dotados de uma certa personalidade jurídica. Além disso, a abstracção de tipos de pessoas jurídicas que são aceites pelo Direito não corresponde à verdade, uma vez que o reconhecimento e a aquisição podem servir de suporte a uma entidade que seja *autónoma* e que, no entanto, possua uma rede de relações jurídicas no plano internacional.”<sup>32</sup>

Vejamos ainda: “Um sujeito de Direito Internacional é uma entidade com capacidade para possuir direitos e deveres internacionais e com capacidade para defender os seus

---

<sup>30</sup> Zerk, Jennifer A., *Multinationals and corporate social responsibility, Limitations and Opportunity in International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006, pag 7

<sup>31</sup> Jessup, Philip C., *Modern Law of Nations*, Orth Press, 1948, pag 17

<sup>32</sup> Idem, pag 17

direitos através de reclamações internacionais”<sup>33</sup> Afirma o autor que a acima citada é uma definição circular, senão vejamos: “ Tudo o que se pode adiantar é que uma entidade reconhecida pelo Direito Internacional consuetudinário como capaz de possuir direitos e deveres e de apresentar reclamações internacionais, possuindo estas capacidades que lhe *foram* conferidas, é uma pessoa jurídica. Se a primeira condição não for satisfeita, a entidade em causa pode ainda ter personalidade jurídica de tipo muito restrito, dependendo do acordo ou da aquiescência de pessoas jurídicas reconhecidas, sendo oponível, no plano internacional, somente àqueles que nisso acordaram ou aquiesceram.” A questão de personalidade jurídica foi suscitada sobretudo nos seguintes contextos: capacidade para apresentar reclamações sobre violações do Direito Internacional, capacidade para celebrar tratados e acordos válidos no plano internacional, e gozo de privilégios e imunidades concedidos por jurisdições nacionais. Os Estados possuem estas capacidades e imunidades, e, de facto, os atributos da qualidade de Estado tal como desenvolvidos ao abrigo do Direito consuetudinário proporcionaram os *indicia* e os instrumentos da personalidade jurídica internacional a outras entidades. Excluindo os Estados, as organizações internacionais podem possuir estas capacidades e imunidades se forem satisfeitas determinadas condições (...).<sup>34</sup>

Que outras entidades, então, são aqui consideradas? A doutrina, nas Relações Internacionais no século XX, passou a alargar a definição de pessoas jurídicas não só aos Estados. À luz da definição vigente no Direito Internacional, são hoje consideradas pessoas jurídicas: Os Estados, as entidades políticas, territórios internacionalizados, Organizações Internacionais, representações dos Estados, agentes das Organizações Internacionais.

Consideremos ainda, a definição proposta de Direito Internacional: “A expressão Direito Internacional é relativamente recente(...). As definições que assentam no critério dos sujeitos serão todas as que vêem o Direito Internacional como o conjunto das normas reguladoras das relações entre Estados ou sujeitos de Direito Internacional Público. Embora se trate de uma perspectiva clássica (o próprio termo *internacional* aponta nesse sentido) e com importantes ecos na doutrina, a verdade é que não escapa a críticas

---

<sup>33</sup> Brownlie, Ian, trad. Maria Manuela Farrajota, *Caso Reparation fr Injuries (ICJ Reports, 1949)*, in *Princípios de Direito Internacional Público*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1997, pag 179

<sup>34</sup> Idem, pag 71

importantes. Assim, a primeira variante (que aponta para as relações entre Estados) mostra-se demasiadamente estreita, sendo incapaz de integrar as relações que envolvam outros sujeitos (*maxime* as organizações internacionais), cuja importância actual é incontornável. A segunda variante (que se dirige às relações entre sujeitos de Direito Internacional) padece de deficiência inversa, por incluir todo um conjunto de relações que claramente exorbitam do âmbito do Direito Internacional. A perspectiva mostra-se, assim, sempre descentrada: desde logo porque numa parte das relações entre Estados (ou sujeitos de Direito Internacional), estes surgem despidos da sua qualidade, agindo portanto como entes privados (por exemplo, na realização de determinados contratos). Haverá ainda a salientar que as definições que partem do critério dos sujeitos assentam necessariamente num círculo vicioso: para chegarmos à noção de Direito Internacional precisamos de saber quem são os sujeitos de Direito Internacional. O objecto da definição está contido na resposta. As definições que partem do critério do objecto serão todas as que vêem o Direito Internacional como o conjunto de regras que regula as matérias cuja natureza é internacional”<sup>35</sup>

Considerando as definições acima propostas, não encontramos nelas contemplada a empresa Multinacional. Tendo em conta o propósito do presente trabalho e aquilo que nos interessa analisar, a questão da aplicação do Direito não se restringe à questão da classificação da Multinacional como sujeito do Direito Internacional. Como actor das Relações Internacionais e agente primário da globalização, o enquadramento da Multinacional no Direito é considerado numa óptica mais ampla e ultrapassa as ideias em torno do seu reconhecimento. Na obra de Cynthia Day Wallace, um vasto estudo acerca do carácter das Multinacionais com relação ao seu reconhecimento pelo Direito, bem como da extensão dentro de todo um enquadramento legal que acomode a esfera de actuação da empresa, encontramos várias citações, da própria e de diversos outros autores, que nos parecem pertinentes para ilustrar a questão. Começa por problematizar a questão do reconhecimento: “*These corporate entities, which are largely responsible for the vast expansion of business transactions across political boundaries, thereby wittingly or unwittingly contributing to the accelerating economic globalization, on into the 21<sup>st</sup> century, are considered juridically to be “artificial persons”, created by law,*

---

<sup>35</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 66

*and clearly have “that minimum access to legal processes transcending state lines – in the sense that they are authorized to make claims and be subject to claims – which is the principal import of the international legal personality. (...) The involvement of these entities with the governments or governmental business operations of foreign countries may call for the application of international law or general principles of law and for direct recourse, by the private corporations involved, to international arbitration”*<sup>36</sup>

Para além do reconhecimento, outra das questões levantadas é a de determinar o impacto do enquadramento na jurisdição a que respondem. Sendo que o que as define como Multinacionais é o facto de possuírem uma casa-mãe baseada em determinado Estado, e possuírem uma série de filiais, com base no território de outros Estados, importa compreender a que jurisdição responde a multinacional – responde como um todo ou responde localmente? Consideremos a distinção: *“The acknowledgement in the foregoing statement that the multinational business enterprise “must accommodate itself in the conduct of its operations to many legal systems” is most important, as the complexity of doing business simultaneously under a variety of differing legal frameworks posed its own particular difficulties for the centralized management characteristic of multinational operation. The multi-faceted control inferences that could be drawn from the recognition that the enterprise is exposed to a number of different national legal systems are, however, immediately cancelled out by the ensuing remark that it “is not in any real sense subject to any of them”. We are thus left with the dominant impression that the existing legal order is inadequate to control multinational business enterprises, and that such enterprises are not, in any real sense, subject to effective legal constraints.”. In actual fact, the multinational enterprise, operating through its individual corporate entities is subject variously to the laws of each and every state in which it does business. It is only the enterprise as a composite unit – that is, in the sum of all its individual corporate parts – that does not come under the control of a single comprehensive external authority. This distinction is most important.*”<sup>37</sup>

---

<sup>36</sup> Wallace, Cynthia Day, *The Multinational enterprise and Legal Control – Host State Sovereignty in an Era of economic globalization*, The Hague, Martinus Nijhoff, 2002, pag 10

<sup>37</sup> Idem, pag 11

As Multinacionais são “hoje consideradas, por alguns, como sujeitos auxiliares do Direito Internacional Público, interferindo, por sua importância económica e pelo poder político internacional de facto, no organograma das instituições oficiais e impondo-se, com maior relevância do que a maioria dos Estados como actores de peso no processo internacional de decisões políticas, sociais e económicas”<sup>38</sup> “Uma das muitas dificuldades para o exercício de controle sobre as transnacionais é a (ainda) actual discussão sobre se, juridicamente, uma empresa transnacional é simplesmente um grupo de empresas organizadas e disciplinadas pelas leis de diversos Estados, ou se uma transnacional pode (ou deve) ser, em algumas circunstâncias, considerada como tendo características jurídicas distintas”<sup>39</sup> Na Conferência de Varsóvia, em 1965, afirmou-se que “o reconhecimento poderá ser negado a uma sociedade (em termos empresariais) quando a sede real e objecto principal estiverem *fora* do território onde vigorar a lei de sua constituição ou se sua sede real estiver *fora* do território onde vigorar a constituição e ela não guardar vínculo com o território”<sup>40</sup>.

Mesmo assim, ainda são muito tímidas e insuficientes as iniciativas convencionais para estabelecer o definitivo reconhecimento das multinacionais como sujeitos de Direito Internacional Público. “Merecem destaque, no entanto, as posições expressas pela melhor doutrina jusinternacionalista, bastante mais avançada do que a realidade da sociedade internacional, ainda dominada em parte, pelas concepções tradicionais que dificultam a admissão de novos ‘sócios’ ao fechado cube das pessoas jurídicas de Direito”<sup>41</sup>

Poderão as objecções ao reconhecimento da Multinacional neste âmbito advir do receio dos Estados? Diz-nos o de novo o Dicionário de Relações Internacionais que “(...) O seu papel nas relações internacionais ultrapassa a simples dimensão económica, uma vez que a sua estratégia de deslocalização, assim como a globalização/desregulamentação

---

<sup>38</sup> NETO, José Cretella, *Empresa Transnacional e o Direito Internacional: um exame do tema à luz da Globalização*, Rio de Janeiro, Forense, 2006, pag. 486.

<sup>39</sup> Idem, pag. 96.

<sup>40</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 47

<sup>41</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 67

das suas actividades transnacionais, põe em causa, a partir dos anos 1980, a soberania dos Estados.”<sup>42</sup>

A diversidade das opiniões acerca do reconhecimento das Multinacionais pelo Direito Internacional leva-nos a assumir que o Direito Internacional precisa de evoluir para melhor adequar a disciplina às necessidades do mundo contemporâneo, no qual as empresas transnacionais despontam como uma impressionante força económica, apresentando as maiores delas, individualmente, facturação superior à da maioria dos países do mundo e da própria ONU. Apesar dessa pujança económica, ainda são tratadas pelo Direito Internacional como “sujeitos secundários”, dotados de personalidade jurídica internacional limitada. Ainda que não reconhecidas formalmente como sujeitos do Direito Internacional, observamos que na prática a complexidade das relações das suas filiais, enquanto dependentes da casa-mãe, com os Estados de acolhimento, pode chamar à aplicação do Direito Internacional, do qual se tornam, então, sujeitos. Poderão então as Empresas Multinacionais ser consideradas como sujeitos do Direito Internacional? Não, por enquanto, diz-nos Malcolm Shaw, embora possam ser consideradas como sérios candidatos a tal: “*Another possible candidate for international personality is the transnational or multinational enterprise. Various definitions exist for this important phenomenon in International Relations. They in essence constitute private business organizations comprising several legal entities linked together by parent corporations and are distinguished by size and multinational spread. (...) What has been sought is a set of guidelines governing the major elements of the international conduct of these entities. However, progress has been slow and several crucial issues remain to be resolved, ranging from the legal effect, if any, of such Code to the applicable tests for nationalization and compensation. Should such Code come into effect containing duties directly imposed upon transnational corporations, as well as rights ascribed to them against the host state, it would be possible to regard them as international persons. This, however, has not yet occurred*”.<sup>43</sup>

---

<sup>42</sup> Idem, pag 121

<sup>43</sup> Shaw Malcolm N., *International law*, Cambridge, Cambridge University, 1997, pag 176

Na sequência das definições acima apresentadas, torna-se importante salientar a diferença entre actor das relações internacionais e sujeito de direito internacional. O termo actor internacional refere-se directamente às Relações Internacionais, isto é, é a entidade que interfere consideravelmente na condução de temas internacionais significativos. Por sua vez, sujeito refere-se ao direito internacional, ou seja, a condição de ter direitos e obrigações perante o ordenamento jurídico internacional, condição essa que actualmente só é gozada pelos Estados e Organizações Internacionais. Desta forma, observa-se que o termo *actor* é bem mais amplo do que *sujeito de direito*. Todos os sujeitos reconhecidos de direito internacional são actores das Relações Internacionais, no entanto, o inverso não se verifica da mesma forma. As organizações não-governamentais e as empresas multinacionais, por exemplo, que são actualmente, importantíssimos actores internacionais, não gozam da condição de sujeitos de direito internacional.<sup>44</sup> Apesar de condições não terem ainda ocorrido que levem à consideração das empresas como sujeitos, há que considerar que “(...), *international law is a product of its environment. It has developed in accordance with the prevailing notions of international relations and to survive it must be in harmony with the realities of the age*”<sup>45</sup>

---

<sup>44</sup> Marques, Guilherme Bez, in *VELHOS E NOVOS ATORES: AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS DE VESTFÁLIA AO SÉCULO XXI*, publicação online da revista IUS GENTIUM – Revista Virtual, Teoria e Direito no Comércio Internacional, pag 4, disponível em

<http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf>, consultado em 25 de Abril 2011

<sup>45</sup> Shaw Malcolm N., *International law*, Cambridge, Cambridge University, 1997, pag 36



#### 4 – Globalização e Governo Global

*“Present day does not use governance as synonym for government. Rather, governance signifies a change in the meaning of government, referring to a new process of governing; or a changed condition of ordered rule; or the new method by which society is governed.”*<sup>46</sup>

Neste capítulo, procuramos definir os conceitos de globalização e de governação global, através da análise do enquadramento histórico da ordem internacional e das mudanças que hoje se verificam à ordem que conhecemos deste Vestfália.

Entendido como a capacidade de conceber e implementar políticas, face a um determinado meio envolvente<sup>47</sup>, “O conceito de governação mundial refere-se à necessidade de promover o desenvolvimento de sistema de regulação multilaterais para incitar à interdependência global e ao desenvolvimento sustentado. O conceito de governação mundial não deve ser confundido com o de governo mundial, que implica uma autoridade singular ou unitária. A governação mundial envolve a participação de actores não-estatais, como as organizações internacionais, corporações multinacionais, meios de comunicação com abrangência global e indivíduos. Não há um modelo único de governação mundial, uma vez que se trata de um processo complexo e dinâmico de decisão interactiva face a um leque alargado de assuntos comuns. Procura a construção de um sistema internacional mais cooperativo, baseado no respeito pelos princípios democráticos, de mercado livre e de partilha de valores. (...)”<sup>48</sup>

A Comissão de Governação Global<sup>49</sup> define o conceito como “(...) *the sum of the many ways individuals and institutions, public and private, manage their common affairs. It is a continuing process through which conflicting or diverse interests may be accommodated and co-operative action may be taken. It includes formal...as well as*

---

<sup>46</sup> Hayward, Jack e Menon, Anand, *Governing Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2003, pag 65

<sup>47</sup> Rodrigues, Miguel, *Governação em rede: da metáfora ao objecto de investigação*, in Interface Administração Pública, pag 24, disponível em <http://www.scribd.com/doc/39241364/Governanca-em-rede-da-metafora-ao-objecto-de-investigacao> consultado em 18 de Março de 2011

<sup>48</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 92

<sup>49</sup> Citado de *Urban Governance Index (UGI)*, *A tool to measure progress in achieving good urban governance*, pag 1, disponível em <http://www.unhabitat.org/governance> consultado em 18 de Março de 2011

*informal arrangements that people and institutions either have agreed or perceive to be in their interest*”<sup>50</sup> O Centro de Estudos Robert Schuman define-o como:“(...) *a key concept in many academic and policy debates. There is strong awareness nowadays that many issues have a global dimension, and cannot be effectively dealt with at the level of individual states or regional organizations.*”<sup>51</sup>

Os estudos acerca da governação global ajudam-nos a compreender o papel de novos actores, a articulação das relações de poder entre Estados, e entre estes e as organizações, o desenvolvimento de padrões e redes de governação, o papel das organizações a nível regional e mundial, os problemas e as oportunidades que advêm da interdependência e da articulação das relações de poder e influência na esfera internacional. É de salientar, no entanto, que nem sempre se observaram estas dinâmicas na esfera das Relações Internacionais, pelo que importa enquadrar historicamente de onde partiu uma ordem mundial que dá, actualmente, lugar a outra onde encontramos o poder cada vez mais descentralizado e onde têm cada vez mais importância os actores não-estaduais e as sinergias estabelecidas entre estes, e destes com os Estados.

#### 4.1 - A ordem mundial desde o Tratado de Vestfália

*Paz de Vestfália* designa a série de tratados que encerrou a Guerra dos Trinta Anos e que derivaram no sistema internacional que forjou a ordem internacional tal como é compreendida actualmente ao definir noções e princípios como o de *soberania* e o de *Estado-Nação*. Marcou, nas palavras de Kimon Valaskakis<sup>52</sup>, “(...) o fim de uma Era de guerras religiosas e o ponto de partida para o reconhecimento dos direitos de soberania”. Na sua obra, Valaskakis observa que apesar dos signatários dos tratados terem como objectivo último o da paz na Europa, a consequência que daí derivou consubstanciou-se na criação do sistema de Estados como o conhecemos, naquilo que hoje é a sua

---

<sup>50</sup> Texto da Comissão de Governação Global, citado por Hewson, Martin e Sinclair, Thomas J., *Approaches to global governance theory*, New York, State University of New York Press, 1999, pag 39

<sup>51</sup> *Global Governance Program*, Robert Schuman Centre for Advanced Studies, European University institute, pag 1, disponível em <http://www.eui.eu/Projects/GGP/Documents/Publications/FlyerGGP10-11.pdf> consultado em 29 Março 2011

<sup>52</sup> Valaskakis, Kimon, *From 'Vestfália' To 'Seattle': Long-Term Trends In Global Governance*, Invited paper, OECD Forum On 21st Century Governance, Expo 2000 Hanover Germany, March 24-25th 2000, pag 2, disponível em <http://www.alliance21.org/2003/article2132.html> consultado em 5 de Abril de 2011

concepção tradicional. Esta concepção assenta em cinco princípios, tal como enumerados na obra do autor, e que são a base da concepção do Estado como o actor principal das Relações Internacionais. São eles o princípio da soberania, a importância do controle do território, a primazia dos governos nacionais como os actores principais dentro do sistema, o surgimento de um corpo de Direito Internacional, baseado em tratados entre países soberanos e por fim, o reconhecimento da guerra como um instrumento, nas Relações Internacionais.<sup>53</sup> O Congresso de Viena marca o início da segunda fase, considerada de 1815 até 1914. Com o objectivo de reorganizar as fronteiras europeias, alteradas pelas conquistas de Napoleão, e restaurar a ordem absolutista do Antigo Regime, os países que saíram vencedores das guerras com Napoleão (Áustria, Rússia, Prússia e Reino Unido) sentiram a necessidade de selar um tratado para restabelecer a paz e a estabilidade política na Europa. Viena marca, portanto, sem pôr em causa formalmente o princípio da soberania, o início de uma política de directório, à semelhança daquilo que na actualidade ainda encontramos, por forma a garantir o equilíbrio de poderes e conter políticas expansionistas – a celebração de dois tratados, o da Santa Aliança e o Tratado de Paris, em que este último representa o início do sistema de directório, na forma de uma “organização de segurança colectiva”.<sup>54</sup> De Viena, emergiu o “sistema de congressos” como método de resolução de conflitos, como precursor de um sistema contemporâneo baseado na actuação de Organizações Inter-Governamentais (OIG). Esta fase termina com um elaborado sistema de duas alianças, na sequência do desequilíbrio da balança de poder após a guerra Franco-Prussiana – de um lado, a tripla aliança, composta por Alemanha, Áustria e Itália; do outro, a Entente, da qual fazem parte França, Rússia e Reino Unido. Uma terceira fase na ordem Vestfália conta-se de 1914 a 1945, cujo fim é marcado pela Segunda Guerra Mundial. Nesta fase, observa-se ainda uma grande intervenção do Estado na economia, sobretudo após a Grande Depressão, justificada pelo receio de outros desastres económicos.

No seguimento da doutrina Wilson, a Sociedade das Nações, anunciada num dos célebres 14 pontos do Presidente Wilson<sup>55</sup>, “(..) veio a ser a primeira grande expressão

---

<sup>53</sup> Idem, pag 3-4

<sup>54</sup> Oliveira, Luís Soares de, História Diplomática, O Período Europeu, 1580-1917, Pedro Ferreira, Lisboa, 1994, pag 250

<sup>55</sup> Moreira, Adriano, Teoria das Relações Internacionais, Almedina, Coimbra, 1999, pag 94

do ideal de segurança colectiva. Prevista a sua criação na agenda da Conferência da Paz reunida em Paris em 1919, o seu Pacto veio a constituir a primeira parte dos tratados assinados entre as potências vencidas.”<sup>56</sup> Tendo fracassado em manter a paz no mundo, foi dissolvida. Estava extinta por volta de 1942. Porém, em 18 de abril de 1946, o organismo passou as responsabilidades à recém-criada Organização das Nações Unidas, a ONU. Após 1945, começam a observar-se fenómenos na esfera política internacional (e no plano internacional, na generalidade) a todos os níveis, que pouco a pouco vão transformando o sistema vestfaliano de ordem internacional até então conhecido. Lentamente, assiste-se ao fenómeno da globalização, cujo florescimento se observa sobretudo a partir de 1989, data da queda do Muro de Berlim. *“The Allied victory in World War II ushered in a new world order, one that proved to be among the most successful of all such regimes. (We should perhaps say “has proved”, for only now is it giving way to the post-Cold War order). (...) History has arrived at a new turning point. Cold War stability and the relatively predictable environment of the post-World War II era are giving way to uncertainty. New attempts to order the world must acknowledge and accommodate the perceived realities, dangers and needs of the evolving era. Quite possibly, the quest for a new global order will prove elusive in the short run; already, the slogan of a “new world order so popular in the early 1990s has been largely forgotten amid the political changes of the mid-1990s. Perhaps we must wait until the 21<sup>st</sup> century to discover the full ramifications – for good or ill- of those efforts begun as the Cold War ended.”*<sup>57</sup>

Consideremos a obra de Weiss *et al*: *“Worldwide debates about nature and content of the emerging post cold-war order, particularly of the law and politics of economic development and environmental protection comprise at least 3 stands. One concerns the future role of the nation-states, a second related role is that of various non-state actors, particularly corporations and NGOs and the 3<sup>rd</sup> focuses on the foundations, common values, rules and institutions of a civilized international polity. (...) The international system is moving toward a clearly designated democratic entitlement with national governance validated by international standards and systematic monitoring of compliance. In so doing, it includes new types of partnerships between governments and*

---

<sup>56</sup> Idem, pag 94

<sup>57</sup> Simai, Mihály, *The future of global governance: managing risk and change in the international system*, Washington ,US Institute of Peace Press, 1994

*individuals, new levels of cooperation among states, a positive environment for popular participation in development, and empowerment for citizens.”*<sup>58</sup>

A abordagem ao estudo da governação global é ainda indissociável do estudo do fenómeno da globalização. Várias definições existem para o termo *globalização*, de carácter generalista ou mais aprofundado. Semânticamente, *globalização* define-se pelo “o acto ou efeito de globalizar ou globalizar-se” e ainda por ser um fenómeno ou processo mundial de integração ou partilha de informações, de culturas e de mercados. É sinónimo de *mundialização*”.<sup>59</sup> Como verbo, define-se como “Reunir num todo ou apresentar elementos dispersos de uma maneira global; Tornar ou ficar universal ou global (...); Inserir ou inserir-se na economia mundial ou na partilha global de informação.”<sup>60</sup> Uma das mais completas definições daquilo que se entende por globalização diz-nos o seguinte: “(...) este conceito, de origem anglo-saxónica, forjado nas escolas de gestão americanas, e sinónimo, em França, de mundialização, traduz o extraordinário desenvolvimento das relações económicas, sociais, culturais e políticas a nível mundial, a partir dos anos 1980. Serve para designar um movimento complexo de abertura de fronteiras económicas e de desregulamentação, que permitiu às actividades económicas capitalistas estender o seu campo de acção ao conjunto do planeta. O desmoronamento do bloco soviético e o aparente triunfo planetário do modelo liberal no início dos anos 1990, acompanhados do desenvolvimento das telecomunicações, deram a esta noção uma validade histórica. A globalização constitui, assim, uma nova etapa na evolução do capitalismo industrial, sucedendo à internacionalização das firmas e capitais. (...) Segundo a OCDE, a mundialização desenvolveu-se em várias fases a última das quais, a da globalização (anos 1980), corresponde à instalação de verdadeiras redes planetárias, graças aos progressos da tecnologia e serviços. Os Estados tornam-se cada vez mais interdependentes, prisioneiros do “sistema-mundo”. Falar de globalização é evocar a dominação do sistema capitalista sobre o espaço mundial. Este fenómeno inscreve-se numa tendência de submissão progressiva de todos os espaços físicos e sociais à lei do capital, à lei da acumulação contínua que é a finalidade suprema do

---

<sup>58</sup> WEISS, Friedl, WAART, P. J. I. M. de e DENTERS, Erik, *International economic law with a human face*, The Hague, Kluwer Law International, 1998, pags 5-9

<sup>59</sup> Academia das Ciências de Lisboa, *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*, Lisboa, Verbo, 2001, pag 1902

<sup>60</sup> Idem, pag 1902

sistema capitalista. Hoje em dia, muitos aspectos da vida das pessoas são influenciados por organizações e redes sociais localizadas a muita distância da sociedade onde vivem. Um aspecto crucial no estudo da globalização é a emergência de um sistema mundial – ou seja, há razões para se olhar o mundo como uma única ordem social”<sup>61</sup>

#### 4.2 – As dimensões da globalização

Para uma melhor compreensão do fenómeno da globalização e da sua interligação com o conceito de governação global, podemos abordá-lo de forma segmentada, tendo em conta as suas diversas dimensões. Keohane e Nye têm também a sua própria definição de globalização: “*We define globalism as a state of the world involving networks of interdependence at multi-continental distances. These networks can be linked through flows and influences of capital and goods, information and ideas, people and force, as well as environmentally and biologically relevant substances(...)*”.<sup>62</sup> Nesta obra, são ainda observadas diferentes dimensões da globalização – em particular, as dimensões económica, militar, ambiental, social e cultural. No que respeita à primeira, encontramos que “*Economic globalism involves long-distance flows of goods, services and capital, and the information and perceptions that accompany market exchange*”; militarmente, “*(it) refers to long-distance networks of interdependence in which force, and the threat or promise of force, are employed*”, dando como exemplo a tensão entre os EUA e a URSS durante o período da Guerra Fria, em que se produziram abrangentes alianças mundiais, e o facto de que a ameaça militar se baseava em mísseis com poder suficiente para produzir danos irreparáveis do outro lado do mundo. Ambientalmente, tomam como exemplo o impacto da acção humana do aquecimento global, dos danos à camada de ozono, ou do alastramento do vírus da SIDA de África para o resto do mundo a partir de finais da década de 70 do século XX. Os movimentos de ideias, informação, imagens e pessoas (que as transportam consigo), bem como os movimentos religiosos e a difusão do conhecimento científico, ilustram as dimensões social e cultural do fenómeno da globalização. Outras dimensões são contempladas nesta obra, como a política, considerando as ideias e a informação acerca das noções de poder e governação, difusão de políticas governamentais ou regimes internacionais. Ao nível

---

<sup>61</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 91

<sup>62</sup> Donahue, John D. e and Nye., Joseph S., *Governance in a Globalizing World*, Brookings Institutional Press, 2000, pags 3-4

legal, são consideradas a difusão das práticas legais e insituições que tutelam uma variedade de assuntos, incluindo a regulamentação do comércio global ou a punição de crimes de guerra.<sup>63</sup>

Partimos então da dimensão económica, aquela que é a de mais fácil entendimento por ser a que mais impacto tem ao nível da comunicação social. Nesta dimensão, o enfoque é dado à mudança da gestão da economia do Estado para o mercado.<sup>64</sup> A globalização económica refere-se aos fluxos de longas distâncias de mercadorias, serviços e capitais que acompanham o mercado cambial, bem como a transferência de tecnologias e capitais de países com salários altos, para outros, onde o custo da mão-de-obra é menor.<sup>65</sup>

O próprio manifesto comunista de Marx e Engels admite a globalização ao afirmar o desejo de expansão da burguesia. É motivada pela necessidade constante da burguesia, de expandir os mercados para os seus produtos, por todo o globo(...).<sup>66</sup> Definida por Meghnad Desai, é a crescente interdependência e intergração das economias (separadas) do globo.<sup>67</sup> Na mesma obra, o autor dá-nos uma perspectiva abrangente da globalização económica, dividindo-a em quatro momentos, aqui cronologicamente apresentados. O primeiro refere-se à revolução industrial e à perspectiva dos “velhos países industrializados” procurarem novos produtos e serviços para desenvolver, ao quererem manter os seus níveis de receitas; contempla-se aqui a ideia de investimento em recursos humanos, em pesquisa e desenvolvimento, em tecnologia (hardware) e os movimentos/deslocações industriais de noroeste para o sudeste do globo.<sup>68</sup> Em segundo lugar, apresenta-nos o período pós-keynesiano, no pós guerra, contemplando aqui o intervencionismo do Estado na economia, com a habilidade dos governos nos países capitalistas de garantir uma taxa de emprego em níveis altos e estáveis, uma sustentável taxa de receitas e consumo, e ainda uma rede de

---

<sup>63</sup> Idem, pag 5

<sup>64</sup> Hewson, Martin e Sinclair, Timothy J., *Approaches to Global Governance Theory*, State University of New York Press, Albany, 1999, pag 5

<sup>65</sup> Donahue, John D. e and Nye., Joseph S., *Governance in a Globalizing World*, Brookings Institutional Press, 2000, pag 4

<sup>66</sup> Engels, Friedrich e Marx, Karl *Manifesto Comunista de 1914*, José Barata Moura (trad.), Edições Avante, 1997, pag 64

<sup>67</sup> Desai, Meghnad e Redfern, Paul, *Global Governance, Ethics and Economics of the World Order*, London, Pinter, 1995 pag 7

<sup>68</sup> Idem, pag 9

segurança para os pobres e desempregados. Esta *Era de Ouro keynesiana*, no dizer do autor, torna-se impraticável após a crise do petróleo e subsequente estagflação, a liberalização dos mercados financeiros, as inovações nas telecomunicações e transportes, e a abertura de todas as economias, o que torna o seu controle impraticável para os Estados.<sup>69</sup> O desmatelamento dos impérios, e, em particular, o período pós-Guerra Fria, causou um legado de problemas que ainda hoje se observam, por exemplo, em África e no Médio Oriente, bem como a emergência de países daquele que era o “terceiro mundo”, na categoria dos chamados “Novos Países Industrializados”, hoje parte da OCDE, que passam a representar, em certa medida, ameaças aos, por tradição, países desenvolvidos – aqui marca-se o terceiro momento da análise de Desai. Por último, é abordado o período após a queda do Muro de Berlim e o colapso da União Soviética, que marca o fim do planeamento central. Chama a atenção para as palavras de Fukuyama, que considera o capitalismo como o único sistema económico.<sup>70</sup>

Também a dimensão ambiental merece cuidada atenção. Aqui, são particularmente notórios os efeitos do fenómeno. Particularmente ilustrativo no exemplo de Nye, os nocivos efeitos dos gases CFC, originalmente utilizados para refrigeração, utilizados para a produção de toda uma categoria de produtos, comercializados a nível mundial, e as suas consequências para a saúde pública, derivadas da destruição que provocam na camada de ozono; as emissões para a atmosfera derivadas da queima de combustíveis fósseis, a comercialização para efeito alimentar de produtos /organismos geneticamente modificados.<sup>71</sup> Não apenas o impacto ao nível das alterações climáticas ou da biodiversidade são objecto da abordagem a globalização ao nível ambiental. Na obra de Oran R. Young, encontramos a necessidade da regulamentação da utilização de bens comuns internacionais – estes correspondem a sistemas físicos e biológicos que na sua maioria se encontram fora da jurisdição de membros individuais da sociedade internacional, mas que são, muitas vezes, do interesse de um ou mais destes (tais como a pesca de alto mar, minerais dos fundos marinhos, o sistema hídrico global) - são também objecto de análise ao nível da governação global. Ao nível dos recursos naturais partilhados, encontram-se na obra descritos como sistemas físicos ou

---

<sup>69</sup> Idem, pag 9

<sup>70</sup> Idem, pag 8

<sup>71</sup> Donahue, John D. e and Nye., Joseph S., *Governance in a Globalizing World*, Brookings Institutional Press, 2000, pag 5



biológicos, como por exemplo populações migratórias de animais ou bacias de rios ou lagos – em qualquer dos casos se percebe fundamental a existência de regimes de gestão conjunta ou dispositivos análogos aos regimes de unitização entre os proprietários nas sociedades nacionais.<sup>72</sup>

Nos âmbitos social e cultural, parece-nos pertinente incluir algumas perspectivas, pela sua peculiar abordagem à dimensão aqui descrita. Nye e Keohane dizem-nos que uma importante faceta do globalismo envolve a imitação de instituições e práticas sociais de umas sociedades por outras.<sup>73</sup> Encarados como produto da globalização da comunicação, os âmbitos social e cultural são, no dizer dos autores, as mudanças que resultam não apenas das descobertas e avanços tecnológicos (transmissões via satélite, fibra óptica, internet...) mas também da rápida descida do preço dos serviços gerados e fornecidos por essas tecnologias, tornando-se assim amplamente utilizadas e compreendidas.<sup>74</sup> São consideradas nestas dimensão desde a questão das migrações em massa, o alcance dos media, as difusão e uniformização de padrões de consumo, os debates acerca das questões relacionadas com o multiculturalismo, até às questões de violência étnica.<sup>75</sup>

No que respeita à governação da globalização, muitos autores servem-se do conceito a que Hedley Bull se referiu como a “analogia doméstica” – é lugarcomum para a maioria das pessoas pensarem a governação global como um governo global, pois que a analogia doméstica é tão familiar.<sup>76</sup> Não se pense, no entanto, que o governo global na globalização é sinónimo de centralização do poder num Estado mundial – a expressão não deve de todo ser confundida com o anterior – a expressão aponta mais na direcção do empenho e da concertação entre actores relevantes, na resposta às questões globais que afectam o quotidiano de todos, referindo-se, sobretudo, a uma partilha de responsabilidades, senão vejamos: “O conceito de governação mundial refere-se à necessidade de promover o desenvolvimento de sistema de regulação multilaterais para

---

<sup>72</sup> Young, Oran R, *Global Governance, drawing insights from the environmental experience*, Massachussets Institute of Technology, 1997

<sup>73</sup> Donahue, John D. e and Nye., Joseph S., *Governance in a Globalizing World*, Brookings Institutional Press, 2000, pag 5

<sup>74</sup> Vayrynen, Raimo, *Globalization and Global Governance*, Lanham, Rowman & Littlefield: Lanham, 1999

<sup>75</sup> Appadurai, Arjun, *Modernity at large : cultural dimensions of globalization*, Minnesota, University of Minnesota, 1996, pag 10, disponível em

<sup>76</sup> Idem, pag 11

incitar à interdependência global e ao desenvolvimento sustentado. O conceito de governação mundial não deve ser confundido com o de governo mundial, que implica uma autoridade singular ou unitária. A governação mundial envolve a participação de actores não-estatais, como as organizações internacionais, corporações multinacionais, meios de comunicação com abrangência global e indivíduos. Não há um modelo único de governação mundial, uma vez que se trata de um processo complexo e dinâmico de decisão interactiva face a um leque alargado de assuntos comuns. Procura a construção de um sistema internacional mais cooperativo, baseado no respeito pelos princípios democráticos, de mercado livre e de partilha de valores. (...)”<sup>77</sup>

Em Amartya Sen encontramos uma perspectiva da evolução deste fenómeno, na sua reflexão publicada no *Le Monde* a 18 de Julho de 2001. Considera Sen, sobretudo, sem fazer projecções de futuro de cariz pessimista ou optimista, e naturalmente focando a dimensão económica da globalização, que a questão premente e aquela que mais divide os a favor e os contra a globalização, é a das desigualdades. Observa que “mesmo que este mundo seja incomparavelmente mais rico do que alguma vez o tenha sido, ele é um lugar de privações extremas e de desigualdades visíveis” e que “aquilo que é preciso é uma distribuição mais equitativa dos frutos da globalização”<sup>78</sup>. Dá especial enfoque à questão das desigualdades, e não só as económicas, ao afirmar que “Entre essas desigualdades contam-se as disparidades de riqueza mas também enormes desequilíbrios de poder político, económico e social. Um dos problemas cruciais é o da partilha dos benefícios potenciais da globalização entre países ricos e países pobres, mas também entre os diversos grupos humanos no interior de cada Estado”<sup>79</sup>. Sen chama ainda a atenção para a consciência da construção da globalização (por oposição a uma perspectiva de mera passividade) através de mudanças ao nível político e institucional.

---

<sup>77</sup> Sousa, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Afrontamento, Porto, 2005, pag 92

<sup>78</sup> Sen, Amartya, *Dez Verdades sobre a Globalização*, in *Le monde.fr*, publicado em 18 de Julho de 2001, pag 2, disponível em <http://imri10.us.splinder.com/post/818371/>, consultado em 23 de Março de 2011

<sup>79</sup> Idem, pag 2

## 5 – A Empresa Multinacional e Responsabilidade Social Empresarial na Governação Global

Nesta capítulo pretendemos analisar a área da Responsabilidade Social Empresarial, como produto da actividade da empresa Multinacional enquanto actor das Relações Internacionais, no âmbito da governação global. Procuramos compreender as áreas abrangidas pelo conceito, numa perspectiva da mudança do papel do Estado na actualidade, observando se existem, ou não, de áreas de actuação comum, ou em parceria, dando ainda atenção à questão da natureza e legitimidade das empresas enquanto participantes neste processo. Procuramos compreender de que forma esta prática é definida e encarada pelas diversas Organizações Internacionais e os *fora* a ela dedicados. Consideramos ainda as tentativas de regulamentação das práticas empresarias e o sucesso, ou não, da sua aplicação, também no âmbito da sua legitimidade. Terminamos com a análise do enquadramento das empresas e das suas práticas responsáveis no âmbito de iniciativas globais que visam o desenvolvimento, no âmbito da observação da existência de uma multiplicidade de instrumentos e iniciativas no âmbito de instituições públicas e/ou privadas. Do ponto de vista normativo, consideramos a *OECD Guidelines for Multinational Enterprises*, a *United Nations Center on Transnational Corporations*, e, no contexto europeu, o apelo feito no âmbito da Estratégia de Lisboa. Não obstante a existência da procura e regulamentação ao nível das OI, observamos aqui também o *United Nations Global Compact*, a *Global Reporting Initiative* e os *Millennium Development Goals*, entre outras, do ponto de vista do fomento às práticas responsáveis e de apelo ao diálogo e à participação voluntária dos actores do sector privado. Todos juntos, constituem um quadro de análise à Responsabilidade Social das Empresas no âmbito global. Este estudo engloba-se na existência de uma multiplicidade de instrumentos e iniciativas no âmbito de instituições públicas e/ou privadas.

Ao longo do capítulo, procuramos responder às seguintes questões: De que forma contribuem as empresas para o desenvolvimento global? Como é que as suas práticas de responsabilidade social se encontram integradas nesta contribuição? São estas práticas estritamente consideradas no âmbito de um quadro de regulamentação internacional? Será esta regulamentação vinculativa ou serão estas práticas desenvolvidas de modo informal? Como se integram no âmbito das iniciativas globais

de fomento ao desenvolvimento global? A importância do comportamento responsável parte das empresas provém estritamente do voluntarismo destas entidades ou é produto das pressões dos *stakeholders* (ONG, consumidores, sociedade civil...)?

Começemos por considerar a empresa no âmbito da governação global. Verificámos anteriormente a sua importância enquanto actor das Relações Internacionais e a sua consideração no âmbito do Direito Internacional, não tanto como (potencial) sujeito, mas sim pelo inegável reconhecimento da sua importância. Outros autores lha reconhecem, como agente/motor da globalização: *“The current globalization process has been called one of the “most pronounced phenomena of the last decades” and the Multinational Enterprise as the primary vehicle of foreign direct investment has been widely recognized as a major player in this process, “if not the primary agent of globalization”*”<sup>80</sup> O impacto das empresas num mundo globalizado pode ser observado em diversas dimensões e através de várias perspectivas. Tal como referido no anterior capítulo, encontramos em Nye e Donahue um sumário das mesmas, tocando as vertentes económica, ambiental, social, cultural e militar. Atendamos à consideração da origem, definição e dimensões do contexto global da Responsabilidade Social Empresarial. São aqui consideradas as dimensões da RSE, como *standards*, códigos de conduta, *stakeholders*, bem como as responsabilidades das empresas transnacionais num contexto de desenvolvimento e parceria, no âmbito da globalização e de uma governação global.

### 5.1 – Origem da Responsabilidade Social Empresarial

Olhando para a sua origem, a ideia de responsabilidade social das empresas, marcada por um atenção crescente nas últimas décadas, em particular na última década do século XX, remonta na realidade, ao final do século XIX, na sua dimensão endógena, isto é, naquilo a que respeita o bem-estar dos colaboradores - observamos o seu início após a revolução industrial. Os líderes de empresas que congregavam unidades de produção fabril começaram por idealizar um modelo de colaboração dos trabalhadores com a empresa, no qual esta se integrava inteiramente no seu modo de vida, ao idealizarem e construirem cidades industriais, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, países pioneiros

---

<sup>80</sup> Wallace, Cynthia Day, *The Multinational enterprise and Legal Control – Host State Sovereignty in an Era of economic globalization*, The Hague, Martinus Nijhoff, 2002, pag 1

no desenvolvimento industrial. As baixas da qualidade e esperança média de vida dos trabalhadores fabris eram motivadas sobretudo pela degradação das condições de saúde, derivada da exposição aos componentes tóxicos (presentes em actividades de importância à época como a extracção mineira - os fumos tóxicos emitidos pelas fábricas), ou o consumo de água contaminada por resíduos industriais. A observação das condições a que se encontravam expostos motivou a criação de cidades industriais onde a comunidade dos trabalhadores da unidade de produção ou empresa apresentasse condições para uma qualidade de vida dos mesmos. Esta prática, ainda que de carácter excepcional (à época e na actualidade), encontra-se consubstanciada nos exemplos de cidades como *Saltaire*, fundada por Titus Salt (com 850 habitações para os colaboradores da empresa de indústria têxtil, parque, igreja, escola, hospital e biblioteca), *Bournerville* ( fundada por George Cadbury, em 1879), ou *Port Sunlight* (fundada por William Lever, em 1888).<sup>81</sup> Embora a promoção da qualidade de vida dos colaboradores não fosse considerada de modo desinteressado pelos *business men* da época, pelos óbvios retornos para a produção industrial, pois resultava mais dispendiosa a resolução dos problemas causados pelo impacto da empresa ao nível dos recursos humanos e do impacto ambiental, nasce aqui a ideia base da responsabilidade social da empresa, de que “*business corporations have an obligation to work for social betterman*”.<sup>82</sup>

Na actualidade, a importância das empresas, nomeadamente das empresas multinacionais como agentes da globalização e o seu impacto na sociedade (global) levaram, pouco a pouco, a que as preocupações ao nível das práticas empresariais responsáveis passassem a ser abordadas também numa perspectiva de governação global. Num mundo globalizado, observamos que são cada vez maiores as pressões para as empresas multinacionais no sentido de demonstrarem uma conduta responsável, transparente, *accountable*, o que leva ao estabelecimento de uma variedade de novas estruturas de governação – regras, normas, códigos de conduta. Como se enquadra,

---

<sup>81</sup> Smith, N. Craig, *Corporate Social Responsibility: Not wether, but how*, London Business School, 2003, pag 1, disponível em <http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf> , consultado em 23 de Janeiro de 2010

<sup>82</sup> Frederick, William C, *From CSR1 to CSR2, Business ans Society*, 1994, pag 151, citado por Smith, N. Craig, in *Corporate Social Responsibility: Not wether, but how*, London Business School, 2003, pag 2 , disponível em <http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf> , consultado em 23 de Janeiro de 2010

então, a Responsabilidade Social Empresarial nas Relações Internacionais? Será pelo enquadramento no *core business*? Será através da sua vertente endógena? Ou será através de práticas numa óptica de filantropia? Consideremos as vertentes endógena e exógena. A primeira situa-se sobretudo ao nível de actividades tais como a gestão de recursos humanos, flexibilidade de horários que permitam um equilíbrio entre a vida laboral e a vida pessoal dos colaboradores, assistência na saúde e segurança no trabalho, sendo estes alguns dos exemplos mais recorrentes no que a esta vertente diz respeito.

A esfera de actuação da empresa em RSE no contexto da governação global considerada para nossa análise é sobretudo a sua vertente exógena. Esta abrange a comunidade local, os parceiros comerciais, os fornecedores, os clientes, as autoridades públicas e as ONG e estende-se ainda à comunidade internacional. Neste contexto, algumas questões se impõem: “(...) as fronteiras dela própria (ate onde deve ir, o que se lhe impõe e o que decorre da sua benevolência?); qual o papel da gestão (benefícios para os accionistas e também para outros grupos – e quais?); a relação com o lucro (é-se apenas guiado por considerações económicas ou por outras? É um benefício económico ser socialmente responsável?)”<sup>83</sup>.

## 5.2 – Definição de Responsabilidade Social Empresarial

A definição do que se entende por Responsabilidade Social Empresarial não é, contudo, consensual. Alguns definem-na como “*a potential new source of global governance, that is, mechanisms to reach collective decisions about transnational problems with or without government participation.*”<sup>84</sup> Outras definições existem, produzidas por uma multiplicidade de outros actores tais como Organizações Internacionais e *fora* sociais globais. A Comissão Europeia, por exemplo, define-a como “*(...) the concept whereby companies integrate social and environmental concerns in their business operations and in their interaction with their stakeholders on a voluntary basis.*”<sup>85</sup> No contexto da globalização, pode ser também definida como “*a rapidly developing business strategy*

---

<sup>83</sup> Richard M Locke, Richard M e Siteman, Alvin J. Note on Corporate Citizenship in Global Economy, citados por Domingues, Leonel Henriques, *Políticas Sociais em Mudança*, Lisboa, ISCSP, 2005, pag 101

<sup>84</sup> Levy e Kaplan, em CSR and *Theories of Global Governance: Strategic Contestation in Global Issue Arenas*, pag 2, disponível em [http://www.faculty.umb.edu/david\\_levy/CSR2007.pdf](http://www.faculty.umb.edu/david_levy/CSR2007.pdf) consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>85</sup> [http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/index_en.htm) - consultado em 1 de Abril de 2011

*(and not simply a theory in the management literature), a response to globalization and the extension of global multi-national enterprises across countries, with the implication that state control over such enterprises is rapidly fragmenting”*.<sup>86</sup> Na perspectiva do Banco Mundial, “*Corporate social responsibility, or CSR*<sup>87</sup>, *is the commitment of business to contribute to sustainable economic development, working with employees, their families, the local community and society at large to improve their quality of life, in ways that are both good for business and good for development.*”<sup>88</sup> Para o Fórum Económico Mundial, o conceito é abordado com a denominação de *Corporate Citizenship*. “*Corporate citizenship can be defined as the contribution a company makes to society through its core business activities, its social investment and philanthropy programmes, and its engagement in public policy. The manner in which a company manages its economic, social and environmental relationships, as well as those with different stakeholders, in particular shareholders, employees, customers, business partners, governments and communities determines its impact.*” Do relatório produzido pelo mesmo forum, em 2003, pode ainda ler-se: “*In the face of high levels of insecurity and poverty, the backlash against globalization and mistrust of big business, there is growing pressure on business leaders and their companies to deliver wider societal value. This calls for effective management of the company’s wider impacts on and contributions to society, making appropriate use of stakeholder engagement*”<sup>89</sup> A importância da actuação das empresas multinacionais verifica-se ainda na atenção que lhe é dada pela sociedade civil, “*(...) civil society associations in many if not most countries across the world have promoted ideas and practices of corporate social responsibility (CSR) as a voluntary accountability regime for companies, in particular those that operate globally*”<sup>90</sup> – A sociedade civil considera-as como actores na esfera

---

<sup>86</sup> Williams, Cynthia A., Aguilera, Ruth V, *Corporate Social Responsibility in a Comparative Perspective*, pag 2, disponível em <http://www.business.illinois.edu/aguilera/pdf/Williams%20Aguilera%20OUPfinal%20dec%202006.pdf> consultado em 15 de Abril de 2011

<sup>87</sup> N.A – Corporate Social Responsibility

<sup>88</sup> United Nations Conference on Trade and Development, *Disclosure of the impact of corporations on society – current trends and issues*, New York, United Nations, 2004, pag 23

<sup>89</sup> World Economic Forum (2003), in Smith, N. Craig, *Corporate Social Responsibility: Not wether, but how*, London Business School, 2003, pag 4, disponível em <http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf>, consultado em Janeiro de 2010

<sup>90</sup> Scholte, Jan Aart, *Civil Society and Democratically Accountable Global Governance*, Government and Opposition Ltd, 2004, pag 12, disponível em

das Relações Internacionais, responsáveis por lidar com as problemáticas derivadas do fenómeno da globalização. Citado por Albareda e Ibañez, Ruggie diz-nos que “*CSR represents a new, transnational political space which gives new shape to global governance and which did not previously exist: the coming together of a private-authority initiative and new forms of political action driven forward by global civil society*”<sup>91</sup> Considerada a crescente importância da temática, pelos mesmos autores, como emergente a partir da década de 1980, a RSE é vista pelos estes como “*a consequence of the transformation of global economic and international political structures. It is not just a private movement; it is the result of different pressures and the transformation of the international community and the changing role of private institutions (NGOs and businesses) in the arena of global governance.*”<sup>92</sup>

As Empresas Multinacionais são também vistas como veículos do processo de globalização, nomeadamente da globalização económica, caracterizada pelas integração e convergência, por um lado, mas também por tensões sociais e crescentes desigualdades.<sup>93</sup> Embora de modo informal, o papel das empresas pode ainda ser observado a alguns níveis, como capaz de, em certa medida, suprir as necessidade sociais às quais o Estado poderá não dar resposta adequada. No texto de Levy e Kaplan encontramos essa ideia da seguinte forma: “*Corporations are displacing states as providers and protectors of civil and political rights. Multinational Corporations, in their role as investors, innovators, experts, manufacturers, lobbyists, and employers, play a key role in shaping every aspect of society, from media and entertainment to the environment and employment conditions. For example, the research and marketing decisions of pharmaceutical companies determines who has access to treatments for which diseases and at what prices. While this expansion of corporate power is widely viewed as problematic, the growing recognition that corporate power is accompanied*

---

<http://www.hapinternational.org/pool/files/aartscholteaccountable.pdf> consultado em 15 de Abril de 2011

<sup>91</sup> Albareda, Laura e Ibañez, Josep, *op.cit.*, pag 4

<sup>92</sup> Idem, pag 5

<sup>93</sup> Levy e Kaplan, em *CSR and Theories of Global Governance: Strategic Contestation in Global Issue Arenas*, pag 2, disponível em [http://www.faculty.umb.edu/david\\_levy/CSR2007.pdf](http://www.faculty.umb.edu/david_levy/CSR2007.pdf) consultado em 23 de Abril de 2011



*by substantial organizational, technological, and financial resources has stimulated consideration of ways to direct these resources toward social goals.”<sup>94</sup>*

A entrada em cena das empresas multinacionais, numa ordem mundial diferente daquela definida em Vestfália, leva a que na actualidade continuem a emergir as considerações ao nível da RSE: *“CSR can best be understood as a consequence of global business activities, due to which business will have to take greater account of its impacts on society. The state’s political power has been eroded, often due to other actors such as businesses. (...) the role of the state has changed from a traditional context (Westphalian setting), where it was dominant, as a regulator with imperative regulation vs. the company’s dependent role. There is now a globalized context (post- Westphalian setting), where the opposite applies: due to economic power, the state has a dependent role vs. the company’s dominant role. In the traditional context, governments had political power and were the only authorities that could legislate. Globalization has changed all this, and now economic relationships go beyond national boundaries and the organizations that operate in civil society. The context of the globalized economy has led to political challenges, like the crisis in the welfare state and the need to seek new forms of governance, within both the national context and the global economy. CSR is seen as a useful framework within which new ways of collaborating between corporations, governments and civil society can be found, creating innovative mechanisms for governance”<sup>95</sup>* O estudo na RSE no âmbito da governação global levanta ainda várias questões, ao nível da sua articulação com as políticas do Estado e dos benefícios para todas as partes, decorrentes da sua actividade. Buscam-se assim respostas para perguntas como: De que forma encontramos a articulação das práticas de responsabilidade social com a esfera de competências do Estado? De que forma tomam as empresas o papel do Estado nas matérias sociais? Será que o fazem, de todo? Terão legitimidade para tal? Será o impacto das empresas considerado como positivo para todos os *stakeholders*? Serão os benefícios considerados como positivos para todos os *stakeholders*, de forma consensual? Não existindo ainda respostas conclusivas para estas questões, pode apenas dizer-se que o próprio Estado encontra-se à procura de um novo papel, o que implica a realocação e a partilha de determinadas responsabilidades

---

<sup>94</sup> Idem, pag 3

<sup>95</sup> Albareda, Laura, et al, *Business Ethics, A European Review*, Vol. 17, No. 4., Outubro 2008, pag 348

entre o Estado e a sociedade, num modelo que difere daquele criado após a Segunda Guerra Mundial, no qual o Estado assumia o papel de garante do bem-estar social, sem partilhar esta responsabilidade com os outros actores ou intervenientes na economia e sociedade, dentro e fora das fronteiras do próprio Estado.<sup>96</sup>

Perspectivas opostas têm também lugar na reflexão acerca do tema, como podemos observar no trabalho de David A. Levy, onde encontramos desafios à ideia dos benefícios positivos para todos os stakeholders : “(...) *a former executive of a large oil company as remarking at a U.N.-sponsored CSR workshop that if the win-win argument were so compelling, “then we wouldn't be sitting around this table.” The executive reminded participants that it was NGO and consumer pressure that had changed corporate behavior. (...) CSR “reflects changes that are occurring in the balance of social forces - notably the growth of NGO and consumer pressures.” Companies have a political motivation to engage proactively with societal pressures, to “allow business to not only deflect or dilute certain pressures but also be in the driving seat to ensure that change took place on terms favorable to business”*”.<sup>97</sup> Outros teóricos ainda, questionam até que ponto é que a Responsabilidade Social Empresarial acrescenta valor, numa perspectiva de políticas públicas: “*There are a number of theoretical works on how the private sector can contribute to more effective global governance. Levy and Kaplan (...) provide theoretical insights on how a socially and environmentally responsible corporate sector can potentially close or, at least, narrow the regulatory gap at the international level. On a similar note, Ruggie (...) explains how a newly emerging ‘global public domain’, in which state, private and civil society actors take on political responsibility in a dynamic interplay, can help to (re)embed global markets within shared social values.*”<sup>98</sup> No entanto, a actuação das empresas na esfera da responsabilidade social, ainda que possa colaborar com o Estado no fornecimento ou manutenção do bem-estar social, não o substitui – se não por uma questão de natureza da entidade do sector privado, pelo menos por uma de legitimidade:

---

<sup>96</sup> Idem, pag 351

<sup>97</sup> Levy e Kaplan, em *CSR and Theories of Global Governance: Strategic Contestation in Global Issue Arenas*, pag 4, disponível em [http://www.faculty.umb.edu/david\\_levy/CSR2007.pdf](http://www.faculty.umb.edu/david_levy/CSR2007.pdf) consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>98</sup> Drauth, Carlo Manuel, *Closing Global Governance Gaps through Corporate Social Responsibility?*, Hertie School of Governance, Working Papers, nº 54, Agosto 2010 ,pag 9, disponível em [http://www.hertie-school.org/binaries/addon/1818\\_1818\\_cover.pdf](http://www.hertie-school.org/binaries/addon/1818_1818_cover.pdf) consultado em 23 de Abril de 2011

*“(...) traditional sources of legitimacy like nation states and their political institutions are also required in a global governance framework because private actors, who may be legitimate participants in a governance system because of their resources and expertise, do not have the authority to both create and maintain the regulatory framework within which they operate.”*<sup>99</sup>

Não se pretendem ainda, aqui, considerações de índole moral, condicionando a análise das práticas responsáveis das empresas ao classificá-las como boas ou más, mas a análise das suas motivações e enquadramento no contexto da governação global. Em alguns casos, observamos o descrédito dado às práticas de Responsabilidade Social enquanto capazes de contribuir positivamente e dar resposta às problemáticas sociais globais *“If corporations are expected to contribute to solving the social ills facing the world it is unlikely that contemporary CSR practices will produce meaningful outcomes. Several multinational corporations in resource extraction industries operating in the poorer regions of the world have come under attack for their negative environmental and social impacts. Communities from whose lands vast amounts of wealth are extracted find themselves impoverished despite millions of dollars of royalty and compensation payments. Where does the responsibility of the corporation to the local community begin and end when governments are unable or unwilling to deliver basic services like sanitation, health and education?”*<sup>100</sup> De novo a questão: Poderão ser consideradas como substitutas ao papel do Estado na garantia de fornecimento do bem-estar público e social? Das respostas encontradas, concluímos que poderão talvez agir em parceria, mas as empresas não têm como objectivo tornar-se substitutas, nem para tal se encontram preparadas. *“The role of corporations in ‘fighting poverty’ or ‘stimulating free market democracy’ is questionable given that corporations (...) themselves are not democratic institutions and neither do they require democracies to function. This does raise serious problems because if in the new development regime*

---

<sup>99</sup> Banerjee, Subhabrata Bobby, A CRITICAL PERSPECTIVE ON CORPORATE SOCIAL RESPONSIBILITY: TOWARDS A GLOBAL GOVERNANCE FRAMEWORK, pag 29, disponível em [http://group.aomonline.org/cms/Meetings/Los\\_Angeles/Workshop08/Banerjee.pdf](http://group.aomonline.org/cms/Meetings/Los_Angeles/Workshop08/Banerjee.pdf) - consultado em 12 Março 2011

<sup>100</sup> Idem, pag 10

*governments are spending less on public and social welfare and the market system is not designed to address these issues (...)*<sup>101</sup>

Longe de substituírem o papel do Estado na resposta às questões de bem-estar público e social, é inegável o reconhecimento da relação entre a governação global e a Responsabilidade Social Empresarial “*One expression of the emerging global governance system on the area of CSR is the development of numerous CSR initiatives and guidelines, like for example the OECD Guidelines for Multinational Enterprises, ILO Conventions of Workplace Practice, UN Global Compact, Global Reporting Initiative, and Social Accountability 8000. The mentioned initiatives all draw on international conventions and declarations that have been developed by international institutions with the endorsement of member states.*”<sup>102</sup> Embora possam dedicar-se, de forma voluntária e proactiva, às práticas de Responsabilidade Social, o envolvimento das Multinacionais na resposta às questões de desenvolvimento global tem sido feito num quadro de tentativa de regulamentação e apelo à participação, por parte de Organizações Internacionais e dos Estados nestas representados.

Começamos pela Declaração da OCDE sobre Investimento e Empresas Multinacionais. Encontramos, já em 1976, o reconhecimento da importância do contributo da empresa multinacional no progresso das áreas económica, social e ambiental: “*(...) international co-operation can influence the foreign investment climate, encourage the positive contribution which multinational enterprises can make to economic, social and environmental progress, and minimise and resolve difficulties which may arise from their operations*”<sup>103</sup> Para além deste reconhecimento dos países membros da OCDE, encontramos ainda, expressa através a declaração da Organização Internacional do Trabalho, o reconhecimento do contributo da empresa multinacional a este nível “*Today, the prominent role of MNEs*”<sup>104</sup> *in the process of social and economic globalization renders the application of the principles of the MNE Declaration as timely*

---

<sup>101</sup> Idem, pag 17

<sup>102</sup> Blindheim, Bjørn-Tore, *Managers perceptions of CSR – The importance of global governance and national regulations*, University of Stavanger (UiS), Norway, disponível em [itemsweb.esade.es/wi/invierte/AbstractsEABIS/Blindheim,Bjorn-Tore.doc](http://itemsweb.esade.es/wi/invierte/AbstractsEABIS/Blindheim,Bjorn-Tore.doc), consultado em 12 de Abril de 2011

<sup>103</sup> [http://www.oecd.org/document/53/0,3746,en\\_2649\\_34529562\\_1933109\\_1\\_1\\_1\\_34529562,00.html](http://www.oecd.org/document/53/0,3746,en_2649_34529562_1933109_1_1_1_34529562,00.html) consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>104</sup> N.A. - Multinational Enterprises

*and necessary as they were at the time of adoption. As efforts to attract and boost foreign direct investment gather momentum within and across many parts of the world, the parties concerned have a new opportunity to use the principles of the Declaration as guidelines for enhancing the positive social and labour effects of the operations of MNEs*<sup>105</sup>.” Num âmbito mais alargado, encontramos, nos anos 70, o projecto de código de conduta da ONU para estas empresas, o *UN Draft Code of Conduct on Transnational Corporations*. Neste, encontra também amplo reconhecimento a contribuição da empresa para o desenvolvimento: *“It provides guidance to enterprises as to appropriate policies and activities; it points at ways in which their beneficial impact on the economy and the development of host countries can be enhanced; it stresses the areas and methods of possible co-operations with governments (...).It acknowledges the central role of transnational corporations in the pursuit of international development and seeks to enhance their positive effects. Provisions on the structure and responsibility of enterprises, such as those summarized earlier, attempt to cope with major facets of business corporation’s in today’s internationalized economy”*<sup>106</sup> Regressando à actualidade, consideremos a Estratégia de Lisboa, lançada no seguimento do Conselho Europeu extraordinário de Lisboa (Março de 2000), durante a presidência portuguesa. Encontra-se aqui o apelo à participação das empresas, no âmbito da responsabilidade social, para a consecução dos objectivos da Cimeira: *“The European Council makes a special appeal to companies’ corporate sense of social responsibility regarding best practices on lifelong learning, work organisation, equal opportunities, social inclusion and sustainable development.”*<sup>107</sup> *“Within the European context, there is a clear link between the Lisbon Strategy, sustainability and CSR in the European economy, and if CSR were to become a crucial variable, it could be a key factor in the competitive success of national economies.”*<sup>108</sup> A busca da aplicação de acções com vista à consecução dos objectivos determinados na cimeira passa por considerar o trinómio

---

<sup>105</sup> [http://www.ilo.org/empent/Whatwedo/Publications/lang--en/docName--WCMS\\_094386/index.htm](http://www.ilo.org/empent/Whatwedo/Publications/lang--en/docName--WCMS_094386/index.htm) consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>106</sup> <http://unctc.unctad.org/data/e90ia11k.pdf>, pag 1, consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>107</sup> <http://www.eurofound.europa.eu/areas/businessandsociety/csrreport.htm> consultado em 25 de Março de 2011

<sup>108</sup> Albareda, Laura, et al, *The changing role of governments in corporate social responsibility: drivers and responses*, in *Business Ethics: A European Review*, Volume 17, nº 4 October 2008, pag 358, disponível em <http://www.eurada.org/site/files/Social%20affairs/CSR%20Business%20Ethics.pdf> consultado em 25 de Março de 2011

economia, sociedade e ambiente, isto é, a tripple bottom line, tal como definida no Livro Verde da Comissão Europeia. (Não obstante o referido, nota-se a escassez de dados que nos permitam conhecer a situação nacional de RSE e de “fórmulas” para implementar a mesma). A importância atribuída pela UE a estas práticas da actividade empresarial situam-se ao nível da observação da transformação do papel do Estado como único garante do bem-estar social, e da busca de modelos alternativos, contemplando a inclusão dos privados como contribuidores para o *welfare* e o *well-being*.

### 5.3 - O apelo das Iniciativas Globais

Durante a década de 1990 assiste-se a um importante passo no reconhecimento das entidades privadas como parceiras das entidades públicas, no que respeita à governação global – este reconhecimento é também derivado do objectivo da ONU, em encontrar soluções de resposta às temáticas relacionadas com a sustentabilidade. Passo a passo, estes objectivos tomaram forma em iniciativas criadas no âmbito da própria ONU e das suas agências e programas, que procuram incluir estes actores, numa perspectiva de governação global, como parceiros capazes de actuar a este nível (da sustentabilidade). Estas iniciativas elevam ainda estes actores a uma condição equitativa, no âmbito da *accountability*, ou responsabilização, no que concerne à busca de soluções e à gestão de temas que importam para a sociedade global – esta é a óptica da importância de iniciativas no campo da RSE como tentativa de resposta a questões globais. O reconhecimento da importância das empresas multinacionais no âmbito da governação global encontra-se presente no papel que os actores das Relações Internacionais lhes atribuem como parceiras na partilha da gestão de problemáticas globais.

Distanciando-nos das tentativas de regulamentação, observamos o apelo ao envolvimento destes actores e posição das Empresas Multinacionais como parceiras das iniciativas globais. O *World Business Council for Sustainable Development*, uma coligação de 120 empresas internacionais, refere-se aos apelos crescentes para as empresas assumirem responsabilidades maiores na área social e afirma que a RSE “se encontra firmemente na agenda política global”.<sup>109</sup> A celebração da Conferência

---

<sup>109</sup> WBCSD, *Corporate Social Responsibility: Meeting Changing Expectations* – Report from World Business Council for Sustainable Development, Março 1999, citado por Smith, N. Craig, *Corporate Social Responsibility: Not whethwe, but how?*, 2003, pag 2, disponível em

Internacional da ONU sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento realizada no Rio de Janeiro em Junho de 1992 representou também um passo em frente neste envolvimento. Durante a preparação desta *Earth Summit*, os organizadores da ONU procuraram incorporar as organizações do sector privado e da sociedade civil nos processos de desenvolvimento e decisoriais, de carácter ambiental, a nível mundial.

Neste trabalho tomamos como exemplo os casos da *Global Reporting Initiative*, bem como do *United Nations Global Compact* e dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio. Começamos por contextualizar a primeira destas iniciativas. A iniciativa é descrita como: “*a multi-stakeholder process and independent institution whose mission is to elevate economic, environmental and social reporting to routine practice and to the highest standard of rigour and comparability. We have financial accounting, reporting and related guidance –we need the same for sustainability. The GRI works on developing and disseminating globally applicable Sustainability Reporting Guidelines. These Guidelines are for voluntary use by organizations for reporting on the economic, environmental and social dimensions of their activities, products and services. They are continually updated through a multi-stakeholder consensus-drive process.*”<sup>110</sup> Da ideia da criação de uma estrutura comum de divulgação de informação acerca de práticas de sustentabilidade, nasce a Global Reporting Initiative. Tem o seu início a partir da actividade do departamento de uma ONG sem fins lucrativos, a CERES<sup>111</sup>, ONG baseada em Boston, nos EUA, no final dos anos de 1990. A dimensão global para esta plataforma acontece a partir do momento em que se junta como parceira a agência do Programa Ambiental das Nações Unidas (UNEP), em 1999, data em que acontece o lançamento do projecto inicial de diretrizes da GRI para Relatórios de Sustentabilidade.<sup>112</sup> No âmbito da GRI, a sustentabilidade é considerada num sentido mais abrangente, sendo que o seu objectivo é fornecer linhas-guia à apresentação dos dados relativos à sua performance neste âmbito. Este quadro de apresentação de performance e resultados aplicável a organizações de qualquer tipo ou dimensão, sector

---

<http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf> consultado em 15 de Abril de 2011

<sup>110</sup> *United Nations Conference on Trade and Development, Disclosure of the impact of corporations on society – current trends and issues, New York, United Nations, 2004, pag 89*

<sup>111</sup> <http://www.ceres.org/page.aspx?pid=705> - consultado em 29 Março 2011



de actividade ou região geográfica, e tem sido usado por milhares de organizações em todo o mundo como a base para a produção dos seus relatórios de sustentabilidade.<sup>113</sup> No trabalho desta iniciativa, observamos não só o convite à actuação das organizações de forma sustentável e transparente, mas também à adopção de indicadores de performance e práticas de gestão da mesma, a serem adoptados, de modo voluntário e progressivo, pelas organizações. Assiste-se assim, a este nível, a uma tendência para a standardização ao nível da actuação das organizações que adoptam as linhas guia fornecidas pela GRI. Observamos também que a GRI não delimita conceptualmente a sua noção de sustentabilidade de modo formal(...) (e) preocupa-se sobretudo em chamar a atenção da actuação das organizações no âmbito dos impactos para a comunidade local, direitos humanos e questões de género.<sup>114</sup> Com a progressiva adesão de organizações ao modelo de relatório de publicação segundo o modelo da GRI como departamento da CERES, a GRI autonomiza-se, , institucionalizando-se, sendo-lhe reconhecido o seu carácter institucional, nas Nações Unidas, em 2002. A sua crescente autonomização levou a que hoje em dia a Global Reporting Initiative se tenha tornado numa rede multi-sectorial grande de milhares de especialistas, em dezenas de países, que participam de grupos de trabalho da GRI e nos seus órgãos de governação, usam as diretrizes GRI para relatar ou contribuir para o desenvolvimento e a divulgação da adopção desta estrutura de relatório, de modo formal ou informal, por parte das organizações, aqui compreendidas maioritariamente como as entidades privadas, com fins lucrativos.<sup>115</sup> A dimensão global desta iniciativa encontra-se também ao nível das parcerias que foi sendo capaz de estabelecer, num primeiro momento, com o *United Nations Environment Program*, e mais tarde com a OCDE e o *United Nations Global Compact*, o qual analisaremos um pouco mais à frente, neste trabalho. As sinergias criadas com outros actores e instituições encaminham a actividade da *GRI* no sentido de uma concertação com a acção destas – dentro do sistema das Nações Unidas, encontramos sinergias da *GRI* com a *CNUCED*; encontramos ainda sinergias com a *Earth Charter Initiative*, a *International Finance Corporation* e ainda com a *International Standards Organization (ISO)*. No caso do *United Nations Global Compact*, encontramos-lo descrito como: “*The Global Compact (GC), as initiative of*

---

<sup>113</sup> <http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/> consultado em 29 Março 2011

<sup>114</sup> Idem

<sup>115</sup> <http://www.globalreporting.org/AboutGRI/WhatIsGRI/History/> , consultado em 29 Março 2011



*the United Nations Secretary-General Kofi-Annan, seeks to promote development by asking enterprises to adhere to nine<sup>116</sup> principles related to environmental protection, human rights and labor standards in their business operations.<sup>117</sup> These principles are drawn from the Universal Declaration of Human Rights, the ILO's Fundamental Labor Principles, and the Rio Principles on Environment and Development. The Compact involves a network of UN agencies, enterprises, business associations and civil society organizations. Enterprises are asked to respect and implement the principles, provide the GC with reports on best practice in relation to the principles, and participate in projects within UN agencies and civil society organizations in developing countries. Since January 2003, the 700 enterprises taking part in the Global Compact have been required to state in their annual report what they have been doing with respect to all of the nine principles. However, the format and the manner of disclosure are left to each enterprise.”<sup>118</sup> É então uma iniciativa política, descrita como estratégica para as “empresas que se comprometem a alinhar as suas operações e estratégias com dez princípios universalmente aceites nas áreas de direitos humanos, trabalho, meio ambiente e combate à corrupção. Ao fazê-lo, as empresas, como o principal motor da globalização, podem ajudar a garantir que os mercados, o comércio, a tecnologia e o financiamento avancem de forma a beneficiar as economias e as sociedades, à escala global”.<sup>119</sup> Chama a atenção para o facto de as empresas reconhecerem a “necessidade de colaboração e parcerias com governos, sociedade civil, do trabalho e das Nações Unidas”<sup>120</sup>. Este pacto conta com mais de 8000 participantes, sendo a maior iniciativa de responsabilidade empresarial no mundo. Endossado por executivos, o Global Compact é um quadro prático para o desenvolvimento, implementação e divulgação das políticas e práticas de sustentabilidade, oferecendo aos participantes um amplo espectro de fluxos de trabalho, ferramentas de gestão e de recursos - todos projetados para ajudar ao desenvolvimento de modelos de negócios sustentáveis.<sup>121</sup> Para além dos princípios que estão na base da sua criação, pretende ainda actuar como catalizador de acções de*

<sup>116</sup> O princípio de uma actuação anti-corrupção, décimo princípio, foi definido mais tarde, e encontra-se hoje enumerado no site web do Global Compact, em

<http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/TheTenPrinciples/index.html>

<sup>117</sup> [www.unglobalcompact.org/Portal](http://www.unglobalcompact.org/Portal) consultado em 29 de Março 2011

<sup>118</sup> *United Nations Conference on Trade and Development, Disclosure of the impact of corporations on society – current trends and issues, New York, United Nations, 2004, pag 25*

<sup>119</sup> <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/> consultado em 29 de Março 2011

<sup>120</sup> Idem

<sup>121</sup> <http://www.unglobalcompact.org/AboutTheGC/> consultado em 29 de Março 2011

apoio a objectivos de âmbito mais alargado, no seio das Nações Unidas, tais como os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio.<sup>122</sup> “(...) *the UN Global Compact encourages its companies to reach out to other state and civil society actors to seek partnerships projects in support of broader UN aims such as the Millennium Development Goals. The basic concept of these partnerships is to identify common ground between the private and the public sectors and to combine their resources, skills and expertise to improve results in a win-win situation.*”<sup>123</sup>

Em Setembro de 2000, no seguimento da Declaração do Milénio das Nações Unidas, adoptada na mesma data, pelos representantes dos países membros da ONU, foram criados os *Millennium Development Goals*. A declaração que os constitui teve como base o compromisso das nações para uma nova parceria global para reduzir a pobreza extrema, estabelecendo uma série de metas obrigatórias - com prazo até 2015 - que ficaram conhecidas como Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (*Millennium Development Goals*) Os objectivos são oito, no total, cada um deles composto por várias metas. Assim, até 2015, os 189 Estados Membros das Nações Unidas comprometeram-se a (1) erradicar a pobreza extrema e a fome, (2) alcançar o ensino primário universal, (3) promover a igualdade de género e a autonomização da mulher, (4) reduzir a mortalidade de crianças, (5), melhorar a saúde materna, (6), combater o VIH/SIDA, a malária e outras doenças, (7), garantir a sustentabilidade ambiental, (8), criar uma parceria global para o desenvolvimento.

O seu último ponto tem, na alínea *f*, um claro apelo à cooperação com o sector privado (“em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novastecnologias, em particular os das tecnologias da informação e comunicação”).<sup>124</sup>

Ainda que não forneçam uma base normativa e coerciva, pois apelam precisamente à participação do sector privado numa base voluntária e assente no diálogo, inegavelmente, estas iniciativas colocam a RSE em destaque no âmbito da governação global, porquanto chamam a atenção para o poder do sector privado enquanto capaz de

---

<sup>122</sup> <http://www.un.org/millenniumgoals/> - consultado em 23 Março de 2011

<sup>123</sup> Drauth, Carlo Manuel, *Closing Global Governance Gaps through Corporate Social Responsibility?*, Hertie School of Governance, Working Papers, nº 54, Agosto 2010, pag 34, disponível em [http://www.hertie-school.org/binaries/addon/1818\\_1818\\_cover.pdf](http://www.hertie-school.org/binaries/addon/1818_1818_cover.pdf) consultado em 23 de Abril de 2011

<sup>124</sup> [http://www.unicef.pt/docs/os\\_objectivos\\_de\\_desenvolvimento\\_do\\_milenio.pdf](http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf) consultado em 20 Abril de 2011

influenciar e determinar a direcção dos acontecimentos que se repercutem à escala global, e deste modo incentivam a articulação da acção do sector privado com os Estados na resposta aos problemas globais.

Algumas conclusões podem ser retiradas deste quadro de referência. A primeira é que regulamentação da actividade das empresas ao nível das práticas responsáveis teve um eco menor na consciência global. Encontramos mais atenção e importância dada pelas empresas à participação em *fora* internacionais e iniciativas promovidas no seio da ONU, do que divulgando o facto de que actuam obedecendo às regras e recomendações produzidas no seio da OCDE (ou da OIT). Uma das razões poderá prender-se com o facto da legitimidade – que poder têm as organizações para produzir normas coercivas e sancionar as empresas que não observem as práticas regulamentadas? A outro nível, a questão dos benefícios para os negócios, decorrentes de uma boa reputação e uma boa imagem da empresa, em sociedade, poderão estar por detrás do facto de as empresas preferirem apresentar-se como voluntariamente associadas a tais iniciativas.

Encontramos que a atenção à RSE cresceu sobretudo no início da década de 90 do século XX, após a constatação, já nos anos de 1980, que as Empresas Multinacionais teriam emergido como legítimos actores das Relações Internacionais, e que a sua actividade teria impactos que geravam consequências de acentuada gravidade para os envolvidos (ambientais, condições de trabalho, impacto nas comunidades envolventes, etc...) Esta constatação leva ao estabelecimento de iniciativas com vista à promoção de uma maior transparência, na forma da produção de relatórios, adoptada de forma voluntária pelas empresas, mas incentivada pelas instituições que os promovem. A consciência de que as práticas nocivas para a sociedade afectam os negócios terá sido, provavelmente, o maior estímulo à adopção de práticas de transparência.

A crescente importância enquanto actores das RI, leva também a que as empresas multinacionais tenham procurado posicionar-se como tal em sociedade, assumindo o seu papel de contribuidores para o desenvolvimento da sociedade global. Considerando esta consciência, o Compacto Global, lançado pelo então secretário das Nações Unidas, em 2000, Kofi Annan, marca um apelo às práticas responsáveis, ao qual responderam

inúmeras empresas, contando hoje com mais de 8000 membros, entre empresas, governos e organizações da sociedade civil.<sup>125</sup>

Embora de carácter não coercivo e não sancionatório, baseando-se no diálogo e no voluntarismo, parecem ter conseguido um maior impacto ao nível da sensibilização dos *stakeholders* e dos actores, para a importância da RSE no contexto da governação global, em que todos são responsáveis pelo desenvolvimento global e pela preservação dos bens comuns.

---

<sup>125</sup> <http://www.unglobalcompact.org/ParticipantsAndStakeholders/index.html> - consultado em 3 Abril 2011

## 6- A Multinacional e a RSE – o caso da *Cisco Systems*

Neste capítulo, tomamos como exemplo uma Multinacional, que opera na área das novas tecnologias, e a sua actuação na área da responsabilidade social. Como actor das Relações Internacionais, começamos por observar em que medida a empresa se encontra em posição de assumir um papel de igual importância, ao negociar com os Estados de acolhimento das suas filiais. Passamos de seguida à sua abordagem à RSE, bem como a descrição de algumas das iniciativas na área, consideradas relevantes para o âmbito deste trabalho, analisando em que medida se enquadram no plano internacional. Estudamos ainda o enquadramento da empresa no âmbito das iniciativas globais de apelo à participação do sector privado na governação global. Terminamos com a análise do enquadramento do projecto aqui descrito e do seu alinhamento com essas mesmas iniciativas. Pretendemos compreender de que forma se enquadram estas actividades no contexto da governação global, analisando o seu alinhamento com iniciativas globais de promoção do desenvolvimento.

### 6.1 – Breve contextualização da Empresa

Trata-se de uma corporação multinacional norte-americana que projecta e comercializa produtos eletrónicos de consumo, redes de voz e tecnologia de comunicações e serviços. A actividade principal da Cisco é a venda de soluções para redes e comunicações (destacando-se fortemente no mercado de *routers e switches*). Inicialmente, fabricava apenas *routers* de grande porte para empresas, mas gradualmente diversificou o seu negócio, passando a atender também ao consumidor final, expandindo os seus segmentos de mercado. Sediada em San Jose, Califórnia, a Cisco conta com mais de 70000 colaboradores e uma facturação anual na ordem dos 40 biliões de USD (em 2010). É uma das maiores corporações do mundo na área das tecnologias. Sendo também uma das maiores corporações multinacionais a nível mundial, o seu crescimento e importância levaram a que tenha tomado consciência da sua responsabilidade social enquanto operador económico, no país de origem e nos outros, onde actualmente se encontram as suas filiais.

No quadro das Relações Internacionais, encontramos que a empresa usa a sua capacidade financeira para escolher os Estados que lhe oferecem as condições mais

vantajosas para a expansão e implementação dos seus serviços, demonstrando a sua capacidade de influência e de negociação com o Estado, em posição de igualdade. Observamo-lo em países como a Índia, que, para além de nação emergente com crescente importância na área das tecnologias e conhecida pelo preço da mão-de-obra competitivo, oferece às empresas a possibilidade de aí se estabelecerem - A segunda sede da empresa encontra-se assim sediada neste país, em Bangalore. Daqui, depreendemos a capacidade da empresa em negociar em igual posição com o estado de acolhimento, maximizando a relação custo/benefício.<sup>126</sup>

Em Portugal, encontramos mais um exemplo a este nível, no âmbito da implementação de projectos de investimento em parceria com o governo e as instituições locais: “No mês de Maio de 2007 a Cisco, líder mundial de redes para *Internet*, escolheu Lisboa para acolher o seu centro de suporte a processos de negócio das suas operações na Europa, tendo contado com o apoio do Governo Português e da API (Agência Portuguesa para o Investimento). (...) Rosto visível de uma forte aposta da Cisco em Portugal, o projecto Hércules é hoje um caso de sucesso e um exemplo de talento, flexibilidade, inovação contínua, mas também de diversidade e de inclusão social. O Hércules colocou a Cisco Portugal na agenda de investimento da *Cisco Inc.*”<sup>127</sup> O conteúdo do texto citado demonstra com exactidão a importância da multinacional nas relações com o estado de acolhimento: “(...) a Cisco (...) escolheu Lisboa (...)”.

No que respeita à actividade da empresa na área da RSE, encontramos a perspectiva da influência destas actividades no seu posicionamento de mercado. As políticas da empresa neste campo encontram-se estreitamente ligadas à construção de uma boa reputação, na medida em que contribuem para a manutenção de uma boa relação com os seus investidores, clientes, posicionamento em sociedade no que toca à relação com os governos (da casa-mãe e de acolhimento, das diversas filiais), entre outros. Nas palavras do seu CEO: “*I’ve always believed philosophically both as a company and individual, that those that have been most successful owe an obligation to others to give back. What we are realizing and what I’ve believed intuitively for twenty years is that when you give back, it’s also the right thing for business. (...) I’ve probably had half of*

---

<sup>126</sup> [http://www.businessweek.com/globalbiz/blog/globespotting/archives/2006/10/ciscos\\_new\\_head.html](http://www.businessweek.com/globalbiz/blog/globespotting/archives/2006/10/ciscos_new_head.html) - consultado em 25 de Abril de 2011

<sup>127</sup> <http://www.cisco.com/web/PT/about/hercules/index.html> - consultado em 29 Março 2011

*our largest customers in the world and half of the government leaders around the world say, “One of the reasons that we do business with you is you really care. You make a difference. You give back. You don’t just take.” So, the best way to grow the top line is to also be fair about sharing the success of the company with the individuals in the countries where you’re doing the business, with individuals around the world that are really making the difference. So first, it’s the right thing to do. Secondly, it’s just plain good business. And, if you watch, Cisco has been one of the most successful financial success companies in history, and also one of the best, in terms of Corporate Social Responsibility.”*<sup>128</sup> Outras afirmações reforçam ainda o facto de a actuação da empresa na área ser feita também como complemento à consolidação do seu posicionamento na área de negócio em que opera: “Como líder de indústria, a Cisco reconhece que tem um papel a desempenhar na resposta aos desafios globais. Comunidades saudáveis também são boas para os negócios. Ajudando as comunidades a prosperar, estimulamos novos mercados que suportam o nosso crescimento empresarial.”<sup>129</sup>

Como encontramos as políticas de Responsabilidade Social na empresa? Em que actividades se encontram consubstanciadas? Analisemos a contribuição da empresa ao nível da RSE, no contexto global, presente num vasto leque de actividades, que contemplam as vertentes endógena e exógena. Ao nível da primeira vertente, verificamos a observância de diversos princípios, como a produção de relatórios de práticas responsáveis e de transparência, tais como os encontrados ao nível “dos impactos para a comunidade local, direitos humanos e questões de género.”<sup>130</sup> A empresa também coloca à disposição dos seus recursos humanos ferramentas que visam a valorização do indivíduo enquanto representante de determinada cultura ou postura em sociedade, promovendo uma cultura de diversidade e inclusão, consubstanciada em políticas não-discriminatórias e de abertura à criação de grupos de trabalho e partilha de experiências entre os colaboradores - os *employee resource groups*. Estes são considerados como mais do que pequenos grupos informais de pessoas com interesses comuns, identidades e problemas, sendo os colaboradores a eles pertencentes “parceiros que ajudam a construir resultados de negócios da Cisco, oferecendo oportunidades de

<sup>128</sup> <http://www.cisco.com/web/about/ac227/csr2010/index.html> consultado em 29 Março 2011

<sup>129</sup> <http://www.cisco.com/web/about/ac227/csr2010/society/our-approach.html> consultado em 29 de Março de 2011

<sup>130</sup> <http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/> consultado em 29 Março 2011

liderança e crescimento da Cisco”<sup>131</sup> – os colaboradores que neles participam, têm a oportunidade de desenvolver iniciativas importantes na empresa ao nível da inclusão e da parceria com outros, nas mesmas condições (de género, culturais, entre outras). Alguns exemplos são o *Cisco Asian Affinity Network* (fórum e uma rede profissional para os trabalhadores asiáticos); *Cisco Black Employee Network* (fórum criado inicialmente para os funcionários Afro-Americanos); *Cisco Disabilities Awareness Network* (acolhimento aos colaboradores que têm ou tiveram uma deficiência, ou que contactam com pessoas alguém dentro da comunidade de pessoas portadoras de deficiência); *Cisco Connected Women* (oferta de redes, orientação e recursos para desenvolvimento de carreira entre mulheres).<sup>132</sup> Outras práticas da empresa ao nível da responsabilidade social na sua vertente endógena incluem práticas flexíveis de trabalho, assistência médica (seguros de saúde para os colaboradores), entre outras.<sup>133</sup>

Na sua vertente exógena, a acção desta multinacional estende-se por áreas diversas, que contemplam políticas sustentabilidade ambiental, o envolvimento dos colaboradores com as comunidades locais através de práticas de voluntariado empresarial, e ainda doações (de carácter institucional) de recursos financeiros e equipamentos, que veremos um pouco mais à frente, neste capítulo. No que respeita às políticas ambientais, para além da utilização de dispositivos para medir, monitorar e gerir o consumo de energia (nos seus edifícios), que promovem a poupança de recursos energéticos (e financeiros) na manutenção das actividades quotidianas da mesma, encontramos também que a estratégia de negócio pela comercialização de equipamentos cuja finalidade se encontra alinhada com estas políticas. Parte dos equipamentos comercializados pela empresa assentam nas políticas de redução de gastos com deslocações e transportes (dispendiosos do ponto de vista financeiro e com grande impacto ambiental), permitindo que as relações comerciais da empresa com os seus parceiros, e destes com os seus clientes, se efectuem recorrendo cada vez menos a viagens, através da utilização dos equipamentos e *software* produzidos pela empresa.

---

<sup>131</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac49/ac55/diversity\\_inclusion\\_employee.html](http://www.cisco.com/web/about/ac49/ac55/diversity_inclusion_employee.html) consultado em 29 Março 2011

<sup>132</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac49/ac55/diversity\\_inclusion\\_employee.html](http://www.cisco.com/web/about/ac49/ac55/diversity_inclusion_employee.html) consultado em 29 Março 2011

<sup>133</sup> <http://www.cisco.com/web/about/ac227/csr2010/report-card/index.html#environment> consultado em 29 Março 2011



Considerando que para o propósito deste trabalho não é relevante a descrição de todas as iniciativas desenvolvidas pela empresa no campo da RSE, debruçamo-nos apenas sobre aquelas que nos parecem mais pertinentes, analisando as suas relevância e enquadramento no âmbito da governação global, enquanto actividades que correspondem às linhas de actuação traçadas pelas iniciativas globais em capítulo anterior descritas.

## 6.2 – Instrumentos de RSE na *Cisco Systems*

Começamos pela *Cisco Foundation*.<sup>134</sup> Criada em 1997, sua política de actuação baseia-se em doações (donativos em géneros, em dinheiro ou em tempo) com impacto a longo prazo, a instituições a nível local, nacional, ou à escala global. Esta Fundação apoia ainda o esforço dos colaboradores, ao trabalharem em conjunto com ONG e organizações sem fins lucrativos, de forma a desenvolver programas de investimento públicos, que promovam o acesso à satisfação de necessidades humanas básicas, educação e oportunidades económicas. O enfoque é dado a comunidades desfavorecidas e procuram encontrar-se soluções que utilizam a área de negócio em que a *Cisco Systems* se encontra (*internet* e tecnologias de informação/comunicação). Ao abrigo das iniciativas promovidas pela *Cisco Foundation* encontra-se vários programas, sendo alguns dos mais relevantes e comumente utilizados os *Matching Gift Program*<sup>135</sup> e *Product Grant Program*<sup>136</sup> (PGP). Através do primeiro, podem efectuar-se doações, em dólares, a instituições nas quais os colaboradores da empresa dispendam o seu tempo com actividades de voluntariado (às instituições presentes na base de dados da *Cisco Foundation*, a fundação compromete-se com a doação de 10 USD por cada hora de trabalho voluntário dos colaboradores da empresa). O segundo programa desenvolve-se com base em doações de equipamentos tecnológicos a organizações não lucrativas, contribuindo para os seus ganhos de produtividade e eficiência de custos. O *Product Grant Program* especializou-se em parcerias com organizações comunitárias, espalhadas pelo mundo, que actuam nas seguintes áreas: necessidades humanas básicas;

---

<sup>134</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/about\\_cisco\\_cisco\\_foundation.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/about_cisco_cisco_foundation.html) - consultado em 15 de Março de 2011

<sup>135</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/about\\_cisco\\_volunteer\\_programs\\_list.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/about_cisco_volunteer_programs_list.html) - consultado em 15 de Março de 2011

<sup>136</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_eligibility.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_eligibility.html) - consultado em 15 de Março de 2011

acesso a educação de qualidade; melhoria de oportunidades económicas individuais.<sup>137</sup> Neste âmbito, a *Cisco Systems* e as organizações beneficiárias constroem programas de ajuda pública, procurando fazer uso das tecnologias de informação e da *internet*. No âmbito do caso estudado neste trabalho, consideramos pertinente a descrição mais pormenorizada deste programa. Assim, observamos que o mesmo se encontra regulamentado com base em directrizes, critérios de elegibilidade para as instituições receptoras dos equipamentos, processo de candidatura e medidas de sucesso.<sup>138</sup>

Para serem elegíveis, as organizações devem ser reconhecidas pelo sistema tributário como isentas e classificadas como instituição de bem público, servindo uma ampla comunidade. O PGP não financia organizações ou projectos cujas despesas operacionais excedam os 25% do orçamento nem financia programas que requeiram exposição, adesão ou conversão a qualquer doutrina religiosa.<sup>139</sup> As áreas de Investimento consideradas são as necessidades humanas básicas (ultrapassar o ciclo de pobreza e dependência através de parcerias estratégicas, que facilitem o acesso a água potável, alimentação, abrigo e outras necessidades básicas; o apoio é concedido a organizações comunitárias que actuem na área da saúde, mas não é extensível a hospitais); o acesso à Educação (criação de oportunidades para a melhoria das oportunidades de educação e aprendizagem, bem como o fomento da inovação nas salas de aula, dando, a estudantes, carenciados, oportunidades para alcançar melhores resultados. O programa não é, no entanto, extensível a escolas); melhoria de oportunidades económicas individuais (competências; mercado de trabalho); encorajamento do espírito de iniciativa e do empreendedorismo junto das populações carenciadas, através do apoio a programas/instituições de microfinança (microcredito), desenvolvimento de pequenos negócios e estímulo/apoio a estratégias de empoderamento económico.<sup>140</sup> As candidaturas às doações ao programa decorrem até 1 de Maio de cada ano, sendo que as candidaturas enviadas após 1 de Maio, não terão resposta nesse mesmo ano fiscal (considere-se que o ano fiscal, na *Cisco Systems*, termina a 31 de Julho). Os candidatos deverão considerar um período de 3 meses desde a data da candidatura e análise da

---

<sup>137</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_impact\\_reporting.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_impact_reporting.html) consultado em 15 de Março de 2011

<sup>138</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_home.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_home.html) consultado em 15 de Março de 2011

<sup>139</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_eligibility.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_eligibility.html) consultado em 15 de Março de 2011

<sup>140</sup> Idem

mesma até à doação/envio dos produtos. O receptor ideal tirará máximo partido das capacidades dos equipamentos, através de uma estratégia pensada de forma a considerar as exequibilidade, replicação, sustentabilidade, eficiência de custos e produtividade no geral. O PGP privilegia organizações que realizem melhorias na produtividade, conseguindo servir mais beneficiários ao mesmo custo; reduzam o *gap* digital/info-exclusão, facilitando o acesso às tecnologias para aqueles que normalmente não têm acesso às mesmas, ou a outras ONG e organizações não lucrativas, procurando alcançar indivíduos carenciados. Ao avaliar as métricas para o sucesso das doações, o PGP procura organizações capazes de qualificar e quantificar os benefícios derivados da doação. Em especial, existem áreas-chave cuja avaliação é de carácter obrigatório, tais como o sucesso operacional (decréscimo de actividades/custos/tempo necessários para a realização das mesmas - a título de exemplo, considera-se aqui o número de horas dispendidas na realização de actividades de carácter rotineiro, custos de pessoal, despesas de consultadoria, entre outras); o aumento da produtividade da organização (o número de beneficiários alcançados pela acção da instituição, o número de unidades de serviço entregues, o maior alcance geográfico da instituição, etc.).<sup>141</sup> Assim, o PGP procura, em última análise, ganhos de eficiência e produtividade. Em geral, quanto maior for o orçamento da doação, mais métricas de avaliação do sucesso da doação se torna necessário apresentar. A Cisco não faz doações de montante superior a 50.000 USD em equipamento a organizações às quais não efectuou doações antes. Alguns programas e/ou projectos não são, no entanto, elegíveis para doação: indivíduos (as doações aplicam-se apenas a organizações); organizações operacionais há menos de ano; escolas; bibliotecas; museus; hospitais. Para além dos critérios acima descritos, as organizações deverão dar provas das suas políticas de não-discriminação, carácter não religioso e apolítico e promoção da não-violência e de oposição ao terrorismo.<sup>142</sup> A Cisco reserva-se ainda o direito de recusar o apoio a instituições cuja actuação vise quaisquer acções a favor ou contra indivíduos, grupos específicos, organizações, causas, etc. Quanto à avaliação de performance, o PGP procura propostas nas quais se possam avaliar medidas de sucesso concretas. As organizações às quais são concedidas doações de produtos Cisco devem manter o registo das métricas de performance que lhes permitam medir o progresso durante o tempo de vida dos produtos doados. A

<sup>141</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_success.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_success.html) consultado em 15 de Março de 2011

<sup>142</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp\\_eligibility.html](http://www.cisco.com/web/about/ac48/pgp_eligibility.html) consultado em 15 de Março de 2011

participação neste registo é condição essencial para continuar a ser elegível para este programa.

Como são realizadas, então, as doações de equipamentos ao abrigo deste programa? Esta questão leva-nos para outra das vertentes da actuação da multinacional ao nível da RSE, no âmbito da *Cisco Foundation* – os *Civic Councils*.

### 6.3 - RSE na *Cisco Systems* – exemplos na Europa

Na Europa, a actividade dos *Civic Councils* começou no Reino Unido, em 2002. Por iniciativa do Director-Geral da Multinacional no Reino Unido, impulsionador das actividades de responsabilidade social na empresa, os colaboradores passaram a envolver-se no voluntariado empresarial. Uma das iniciativas de maior impacto foi (e continua a ser) o envolvimento no *Comic Relief UK*<sup>143</sup>, em particular na iniciativa *Red Nose Day*<sup>144</sup>. Outra das iniciativas pioneiras no âmbito do *Civic Council* no Reino Unido é o voluntariado em estabelecimentos prisionais, em particular a implementação de *Cisco Network Academies*<sup>145</sup> como solução de reabilitação e contributo para a reinserção social dos reclusos. No Reino Unido existem ainda colaboradores que se dedicam a tempo inteiro à área da responsabilidade social. O modelo britânico foi criado à semelhança do modelo praticado no país de origem, e os restantes núcleos de responsabilidade social na Europa, foram replicados, à semelhança dos anteriores, a partir de 2002. Dedicam-se a diversas actividades no âmbito da RSE, em parceria com diversas ONG locais, estando também alinhados na sua actuação com diversas instituições internacionais, sendo o exemplo mais visível o da Cruz Vermelha Internacional. Actualmente encontram-se estabelecidas parcerias com diversas outras instituições locais, tais como: *War Child* (Civic Council Holanda), *Intermon Oxfam*

---

<sup>143</sup> *Comic Relief* é uma instituição de Solidariedade Social, baseada no Reino Unido, que contribui para uma ampla gama de subsídios e investimentos sociais que visam oferecer uma mudança real e duradoura para os mais pobres, as pessoas mais vulneráveis em casa e em todo o mundo, bem como informar o público e dos jovens em particular, sobre a cidadania global e as causas subjacentes da extrema pobreza. <http://www.comicrelief.com> – consultado em 14 Setembro 2010

<sup>144</sup> O *Red Nose Day* é uma iniciativa da *Comic Relief UK*, de angariação de fundos, em favor de comunidades desfavorecidas no Reino Unido e em África.

<sup>145</sup> <http://www.cisco.com/web/learning/netacad/index.html> consultado em 15 Março 2011

(Civic Council Espanha), *Plan Belgium* (Civic Council Bélgica), *Villaggio della Speranza*, (Civic Council Italia), entre outros.

Em Portugal, a atenção dada às praticas de responsabilidade social na sua vertente exógena existiam, embora fossem abordadas de forma pontual. Tomavam forma na participação da Cisco em acções de voluntariado empresarial, no âmbito da parceria com a Fundação PT (Projecto Mão-na-Mão<sup>146</sup>) e em outras actividades, nomeadamente o apoio a iniciativas de cariz social [patrocínio à *End Hunger Walk*, ao *Green Fest*<sup>147</sup> (promovido pela autarquia de Cascais, no âmbito do desenvolvimento de práticas de sustentabilidade)], entre outras. Passou a ser tratada de forma regular e com actividades de maior impacto a partir da formação do *Civic Council Portugal*. Partindo dos valores e visão da empresa, a RSE na Cisco em Portugal encontrou também no projecto abordado neste trabalho, uma forma de crescer através de uma acção de longa duração e impacto verificável e quantificável, por oposição às actividades pontuais ao nível de voluntariado empresarial em que os colaboradores da empresa têm participado. Sem desvalorizar as anteriores, importa frisar que o impacto destas, por virtude do seu menor acompanhamento, tende a ser mais difícil de quantificar, embora apresente resultados satisfatórios para as instituições objecto das acções, bem como ao nível do envolvimento dos colaboradores com a comunidade. Ao invés, num projecto de maior dimensão, e no qual a Cisco participa de início ao fim, é possível o controle e o acompanhamento da sua implementação e posterior medição do seu impacto e real contributo. Em Portugal, a criação do *Civic Council* coincide com a mudança de instalações da anterior localização, no parque empresarial Quinta da Fonte, em Oeiras, para o parque empresarial Lagoas Park, situado no mesmo concelho. Esta mudança foi motivada pelo projecto Hércules, que trouxe para a Cisco em Portugal o centro de apoio a vendas para a Europa, aumentando em grande escala o número de colaboradores da empresa.<sup>148</sup> Tendo em conta este aumento, fez-se sentir a necessidade de levar a cabo as iniciativas de RSE de forma concertada e sistemática, por via de sugestões dos próprios colaboradores, em grande número provenientes de outros países europeus, onde as

<sup>146</sup> <http://fundacao.telecom.pt> consultado em 14 de Setembro de 2010

<sup>147</sup> [www.greenfestival.pt](http://www.greenfestival.pt) consultado em 14 de Setembro de 2010

<sup>148</sup> N.a.: Este projecto exemplifica de forma clara a o papel da empresa multinacional como actor das Relações Internacionais, na medida em que é capaz de negociar em pé de igualdade com o governo do Estado de acolhimento.

práticas de responsabilidade social empresarial se encontram sistematizadas e divulgadas, contribuindo assim para a sensibilização das populações para estas actividades (a ideia de que os geradores de lucro podem contribuir activamente e ter impacto positivo na comunidade, aos níveis local e global). Fundado no início de 2008, o *Civic Council* na Cisco Portugal tomou a seu cargo as iniciativas de responsabilidade social em que a empresa já participava, tendo alargado o seu âmbito e aumentado a sua periodicidade.

Analisando o exemplo que se segue, procuramos compreender o alcance da actividade de RSE da empresa multinacional e o seu enquadramento numa perspectiva de governação global. A actividade é encarada, neste trabalho, ao nível da contribuição de um actor privado das Relações Internacionais para a resposta a uma problemática social, que se verifica não só na comunidade local aqui tomada como exemplo, mas noutras partes do globo. Partimos da premissa de que a info-exclusão é um problema que afecta pessoas em todo o mundo, e a acção de uma empresa multinacional através das suas filiais pode contribuir de forma positiva para responder ao problema. Analisamos ainda de que forma este caso em particular se enquadra nas políticas de desenvolvimento global, tal como definidas nas iniciativas em capítulos anteriores descritas.

#### 6.4 – A doação à comunidade e o alinhamento com as iniciativas globais

Este projecto, pioneiro e experimental, situa-se ao nível de dotar uma infra-estrutura já existente com tecnologia que permita maximizar os projectos que aí decorrem, que visam a atribuição de competências e a capacitação dos indivíduos da comunidade, dotando-os de ferramentas (conhecimento) para melhorar a sua qualidade de vida, com potencial redução de fenómenos que se verificam nessa comunidade (abandono escolar, criminalidade, entre outros). A comunidade escolhida para testar a exequibilidade deste projecto foi a população do bairro Quinta da Fonte, situado da freguesia de Apelação, no concelho de Loures. A comunidade para levar a cabo tal projecto foi escolhida por 3 ordens de razões, sendo estas a presença de infra-estruturas no bairro cujos equipamentos *Cisco* pudessem potenciar, a confiança estabelecida com alguns dos elementos mais proeminentes da comunidade, bem como a abertura e apoio demonstrados desde o início pelo governo local.

Antes de dar início aos trabalhos, procurou saber-se mais acerca da população do bairro, investigando as características do mesmo, sobretudo através da análise do estudo efectuado no âmbito do “Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos”<sup>149</sup>, no concelho de Loures, encomendado pela autarquia local, de onde provêm os dados enumerados em seguida.

No que respeita às características territoriais e populacionais, a freguesia da Apelação possui uma área de 1,42 km<sup>2</sup>, uma população de 6043 habitantes (segundo dados dos censos de 2001) e uma densidade populacional de 4241,51 hab/km<sup>2</sup>. Ao nível da estrutura etária encontramos que a população é composta maioritariamente por indivíduos em idade activa e jovens em idade escolar.

Total de Indivíduos	0 - 9	10 - 19	20 - 64	65+
6043	854	1018	3565	606

Fonte: Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos (CSIFAFU) – pag 11

Ao nível do ensino e das habilitações académicas, verificamos que, embora a maioria dos habitantes possua o ensino básico completo, a percentagem daqueles que completaram os ensino secundário e superior é bastante mais reduzida

Freguesia	Total de Indivíduos	Nenhum Grau de Ensino	Pré –Ecolar (Frequência)	Ensino Básico (Completo)	Ensino Secundário (completo)	Ensino Superior (completo)
Apelação	6043	901	96	3298	401	82

<sup>149</sup> Ribeiro, Ana, *Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos*, estudo realizado no âmbito da Rede Social no Concelho de Loures, projecto da Câmara Municipal de Loures, em Setembro de 2005, disponível em [http://www.cm-loures.pt/p\\_lm.asp](http://www.cm-loures.pt/p_lm.asp) e <http://www.unhos.pt/varios/diagnostico%20social.pdf> consultados em 12 de Março de 2010

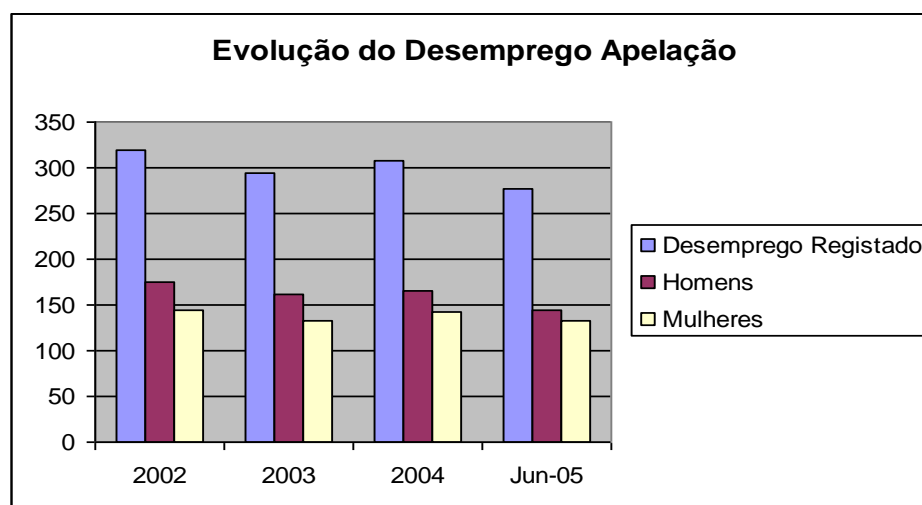
Fonte: Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos (CSIFAFU) – pag 16

É ainda uma freguesia cujos elementos da população são em grande parte emigrantes. Segundo as fontes do INE, no ano de 2001 residiam cerca de 250697 imigrantes no continente português. Só no concelho de Loures residem 13430 o que perfaz uma taxa de 6.8%, provenientes maioritariamente do continente Africano (11013), com maior representatividade de Cabo Verde, Angola e Guiné-bissau.

Freguesia	População Total	População Portuguesa	População Estrangeira	% População Estrangeira
Apelação	6043	4937	933	15,4

Fonte: Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos (CSIFAFU) – pag 17

Nas tabelas que se seguem, podem-se analisar a evolução do desemprego desde o ano 2002 até ao 1º semestre do ano de 2005, das três freguesias, conforme dados recolhidos junto dos Centro de Emprego de Loures/Moscavide e dados oficiais do ministério.



Fonte: IIEFP Loures, in Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos (CSIFAFU) – pag 18



Na freguesia de Apelação podemos constatar que foi no ano de 2002 que se registou um maior número de desempregados inscritos no centro de emprego, verificando-se uma ligeira diminuição no ano de 2003, para voltar a aumentar no ano de 2004. Do estudo levado a cabo pela autarquia, as conclusões situam-se ao nível da indentificação das maiores problemáticas sociais, que se prendem com o abandono escolar e a insegurança. Neste contexto é importante distinguir a freguesia de Apelação, visto que este problema pode estar directamente relacionado com o bairro Quinta da Fonte (de acordo com os dados estatísticos recolhidos). O estudo levado a cabo ao abrigo do Diagnóstico Social, concluiu, através de entrevistas e de conversas informais junto de interlocutores privilegiados, que a população que frequenta os ensinos básico e secundário é composta maioritariamente por alunos carenciados a todos os níveis, que necessitam de acompanhamento psico-social, com o objectivo de alcançar maior sucesso escolar.<sup>150</sup> O diagnóstico revela ainda que a área da segurança é uma das que regista maiores lacunas, sendo que a maioria dos entrevistados reporta actos de vandalismo, roubos e agressões no recinto escolar. Entre motivos identificados como os maiores geradores do clima de insegurança contam-se o facto de este ser um bairro de intergração social e a sua população ser composta por várias etnias diferentes. O Diagnóstico revela ainda que são os jovens sem ocupação (não estudam nem trabalham) que causam os distúrbios.<sup>151</sup>

Os factores que levaram à escolha deste bairro para a realização do projecto de aplicação do programa de doação de equipamentos foram as características ao nível das infra-estruturas físicas presentes no bairro e a tutela das mesmas, pela autarquia local. A presença de um edifício que alberga um Centro Informático e um Centro Multiusos, propriedade da autarquia, e a cedência da utilização deste espaço às ONG presentes no bairro, levou a que a *Cisco* pudesse aí identificar potencial para colocar ao serviço de toda a comunidade esses mesmos espaços, bem como utilizá-los para projectos relacionados com a atribuição de competências e o desenvolvimento das capacidades dos moradores do bairro, procurando contribuir para a melhoria do sucesso escolar dos jovens e para a eventual redução do desemprego. Para além da doação dos

---

<sup>150</sup> Ribeiro, Ana, *Diagnóstico Social da Comissão Social de Inter Freguesias Apelação, Frielas, Unhos*, Rede Social no Concelho de Loures, Câmara Municipal de Loures, Setembro de 2005, pag 23

<sup>151</sup> Idem, pag 33

equipamentos, utilizando um programa da *Cisco Foundation*, instituição de carácter privado, sediada no país de origem da empresa, observamos ainda que o âmbito do projecto considera ainda a articulação da empresa multinacional com a sociedade civil, representada pela ONG beneficiária da doação, bem como o aproveitamento dos projectos decorrentes no bairro, ao abrigo de programas de autoria do governo central, que se encontram alinhados com as políticas referenciadas ao nível europeu, pela OI de carácter supranacional da qual o Estado é membro (ver Estratégia de Lisboa)<sup>152</sup>. A *Cisco Systems*, através da sua filial em Portugal, doou à Associação de Jovens da Apelação, ONG sediada no bairro Quinta da Fonte, freguesia de Apelação, concelho de Loures, equipamentos com o propósito de incrementar a difusão e o acesso à internet, promovendo a infoinclusão. Os equipamentos foram doados à ONG, de acordo com os critérios do PGP (Product Grant Program). A instalação dos equipamentos no Centro Informático, espaço propriedade da Câmara Municipal de Loures, onde se mistram ainda as formação ao abrigo do Programa Escolhas<sup>153</sup> (este programa inclui formações gratuitas ao nível da utilização de equipamentos informáticos e internet, por forma a capacitar a população residente ao nível da utilização dos mesmos, com o objectivo de fomentar a autonomização dos seus participantes para, entre outros, a sensibilização para as noções de cidadania e participação positiva na comunidade, e até mesmo a busca de emprego, utilizando recursos *online*). O objectivo da doação foi o de permitir um aumento da capacidade da utilização das infraestruturas de acesso à internet, existentes no Centro, mas com capacidade insuficiente para servir um número alargado de utilizadores, permitindo que não só os habitantes vinculados ao Programa Escolhas, mas também todos aqueles que participam nas actividades desenvolvidas pela Associação de Jovens da Apelação, pudessem servir-se destes recursos de forma livre e gratuita. Foi ainda com o Programa e-Escolas<sup>154</sup> em mente que a empresa decidiu realizar a doação, por forma a que os alunos que beneficiaram da atribuição de computadores portáteis ao abrigo do programa, mas cujas famílias não possuem capacidade de suportar o custo da mensalidade do serviço de acesso à internet, pudessem aceder livremente, através do Centro Informático. Neste, encontram-se disponíveis ainda funcionários capacitados

---

<sup>152</sup> [http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/00100-r1.en0.htm](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/00100-r1.en0.htm) - consultado em 12 Abril de 2011

<sup>153</sup> <http://www.programaescolhas.pt/apresentacao>, consultado em 2 de Setembro de 2010

<sup>154</sup> <http://eescola.pt/> consultado em 2 de Setembro de 2010

para o apoiar os utilizadores do Centro na utilização das ferramentas informáticas, tais como pesquisas online no âmbito de projectos escolares ou de busca de emprego.

Como se enquadram então, as actividades da empresa em matéria de RSE, e o projecto acima descrito, em particular, nas iniciativas globais de apelo à participação do sector privado para o desenvolvimento global? Retomemos a análise destas. Considerando o *United Nations Global Compact*, da qual é participante desde 2001<sup>155</sup>, observamos a actuação da empresa alinhada com os princípios do respeito pelos direitos humanos, respeito pela diversidade étnica, credo ou género<sup>156</sup> e respeito pelo ambiente. A Multinacional produz ainda um relatório das actividades ao nível da RSE, alinhado com as recomendações da *GRI*, da qual é participante desde 1998<sup>157</sup> obedecendo à *guideline G3*<sup>158</sup>, que se refere aos indicadores de sustentabilidade social, económica e ambiental: “*We have prepared this report with the guidance of current Global Reporting Initiative (GRI) guidelines; the UN Global Compact; and feedback from our employees, shareholders, customers, partners, and the community of nongovernmental organizations (NGOs). We believe that this information is a faithful representation of our business operations, presented in the context of our social and economic responsibility to our employees, shareholders, customers, partners, and the communities in which we operate.*”<sup>159</sup> A Cisco é ainda parceira da *Clinton Global Initiative*, estando o seu CEO no grupo dos membros notáveis.<sup>160</sup>

Tomemos ainda como exemplo o caso dos *Millennium Development Goals*. Ao debruçarmo-nos sobre o objectivo número 8, verificamos que uma das suas metas incide na parceria global para o desenvolvimento. Restringindo ainda mais a nossa análise às metas e aos indicadores do objectivo 8, encontramos “Em cooperação com o sector privado, tornar acessíveis os benefícios das novas tecnologias, em particular os das

---

<sup>155</sup> <http://www.unglobalcompact.org/participant/2141-Cisco-Systems> - consultado 15 de Março de 2011

<sup>156</sup> [http://www.unglobalcompact.org/docs/news\\_events/8.1/Joining\\_forces\\_for\\_change.pdf](http://www.unglobalcompact.org/docs/news_events/8.1/Joining_forces_for_change.pdf) - consultado 15 de Março de 2011

<sup>157</sup> <http://www.cisco.com/web/about/ac227/csr2010/gri-index.html> - consultado 15 de Março de 2011

<sup>158</sup> <http://www.globalreporting.org/ReportingFramework/G3Guidelines/> - consultado 15 de Março de 2011

<sup>159</sup> [http://www.cisco.com/web/about/ac227/ac222/pdf/Corporate\\_Citizenship\\_Report\\_2006.pdf](http://www.cisco.com/web/about/ac227/ac222/pdf/Corporate_Citizenship_Report_2006.pdf) - consultado 15 de Março de 2011

<sup>160</sup> [http://www.clintonglobalinitiative.org/membership/membership\\_notable\\_privatesector.asp?Section=Membership&PageTitle=Notable Members: Private Sector](http://www.clintonglobalinitiative.org/membership/membership_notable_privatesector.asp?Section=Membership&PageTitle=Notable%20Members%3A%20Private%20Sector)

tecnologias da informação e comunicação.”<sup>161</sup> Aprofundando a nossa análise, encontramos como um dos particulares indicadores a “Utilização de internet por cada 100 habitantes”<sup>162</sup>. Poderá o projecto de doação de equipamentos à ONG enquadrar-se neste objectivo? Acreditamos que sim. Na medida em que estes objectivos promovem as medidas junto dos parceiros do sector privado, mas não são explícitos acerca da sua forma de aplicação, encontramos espaço para o enquadramento do projecto nos mesmos, atendendo à área de actividade da empresa e da sua capacidade de disponibilizar os seus recursos tecnológicos, dando assim forma à sua contribuição ao nível do alinhamento com estes objectivos.

Partindo da observação da actuação Multinacional na RSE, no contexto da governação global, analisemos então em que medida se enquadra a sua actividade nesta área dno quadro das Relações Internacionais, considerando o exemplo da subsidiária portuguesa da *Cisco Systems*, numa perspectiva de alinhamento com as iniciativas de promoção do desenvolvimento, no âmbito de parcerias estabelecidas com as iniciativas institucionais anteriormente descritas. Variadas questões se impõem: Como poderemos classificar a experiência em Portugal ao nível da RSE, no contexto da governação global? Em que medida se encontra alinhada com as iniciativas globais das quais a empresa é parceira? Como medimos o seu impacto? Para além destas parcerias, de que outra forma podemos avaliar a concertação da actuação da empresa com a promoção do desenvolvimento? Estas considerações têm lugar no capítulo que se segue.

---

<sup>161</sup> [http://www.unicef.pt/docs/os\\_objectivos\\_de\\_desenvolvimento\\_do\\_milenio.pdf](http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf) - consultado 15 de Março de 2011

<sup>162</sup> [http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com\\_content&task=view&id=221&Itemid=253](http://www.ipad.mne.gov.pt/index.php?option=com_content&task=view&id=221&Itemid=253) - consultado 15 de Março de 2011

## 7 – Conclusões

Ao longo deste trabalho, tivemos a oportunidade de analisar os diversos actores das Relações Internacionais do ponto de vista funcional, observando ainda a crescente importância do sector privado neste contexto. Ao verificarmos que o Estado não se encontra sozinho como agente da governação global, e que as relações de interdependência entre os diversos actores não incontornáveis para o desenho das políticas globais, procurámos estudar de que forma pode o sector privado articular a sua intervenção com as dos outros actores. Considerando a Responsabilidade Social Empresarial neste quadro de análise, procurámos compreender como podem as Multinacionais contribuir positivamente para a resposta ao desafios do desenvolvimento.

Neste trabalho, tivemos a oportunidade de abordar o estudo das Multinacionais enquanto actores das Relações Internacionais e o seu contributo para a governação global, através das práticas socialmente responsáveis. Ao enquadrar a Multinacional nas Relações Internacionais, no particular contexto da governação global, pudemos observar o alcance da actividade das empresas neste âmbito. A sua acção não se encontra restringida pelas fronteiras do Estado de proveniência; sendo a empresa considerada como um todo, pois que as subsidiárias agem de acordo com a casa-mãe, as vemos que elas são capazes de influenciar os Estados de acolhimento. Sendo detentoras desta capacidade, porque razão não poderão colocá-la ao serviço da promoção do desenvolvimento global e do combate às problemáticas sociais que afectam as populações? Será que ao agirem na comunidade onde se encontra a filial, a sua actividade poderá ser considerada apenas ao nível local? Embora a resposta a esta questão não seja consensual, podemos abordá-la do ponto de vista global. No caso apresentado, vimos que a acção da filial aproveita as ferramentas criadas pela casa-mãe, e em concreto, pela fundação da empresa, que, para além de se encontrar sediada no país de origem, gere ainda os programas e recursos disponibilizados para o apoio a todas as comunidades onde as filiais se situam.

Observámos que as actividades de responsabilidade social da empresa na sua vertente exógena encontram expressão em vários programas e que, de entre estes, a empresa considerou relevante a utilização de um deles, o *Product Grant Program*, de forma a contribuir para o desenvolvimento de uma comunidade afectada por problemas de

ordem social, nomeadamente ao nível do abandono escolar e da insegurança. O objectivo deste da intervenção aqui descrita dotação de ferramentas aos indivíduos da comunidade, representados pela ONG à qual forma doados, de modo a promover a infoinclusão, aproveitando as infraestruturas existentes, disponibilizadas pelo governo local, bem como a existência de projectos realizados ao abrigo de programas de desenvolvimento promovidos pelo Estado central. A premissa da qual se parte para a concretização do projecto leva em conta o facto de que o uso efectivo das tecnologias de informação e comunicação (TIC), a geração de conteúdos, a participação das comunidades e das organizações da sociedade na gestão dos espaços públicos e compartilhados para acesso à *internet*, são componentes essenciais nesse processo de desenvolvimento global e sustentado. A promoção da infoinclusão significa formar cidadãos capazes de utilizar as TIC para a transformação social, económica, política e cultural – ferramentas indispensáveis para a inclusão na Sociedade da Informação. Partindo destas premissas, a empresa procurou actuar da forma possível, considerando a articulação de um programa disponível através da *Cisco Foundation*, fundação baseada e sediada no país de origem da empresa, mas que age globalmente, ao disponibilizar os seus programas e recursos a qualquer das filiais da *Cisco Systems* noutros países. Encontramos aqui uma articulação da RSE aos níveis global e local. Para além disso, encontramos ainda a empresa numa perspectiva de responsabilidades partilhadas: com o Estado que a acolhe, com as ONG, com a sociedade civil, alinhada com as políticas e iniciativas das OI das quais esses Estados são membros; contextualizámos a RSE no âmbito do destaque que lhe tem vindo a ser dado pelas OI globais, pelos *fora* de discussão do tema, pela sociedade, confirmando-se a sua importância como elemento da governação global.

Na resposta às questões iniciais (De que forma encontramos o contributo da Empresa Multinacional para a RSE? De que forma contribui isso para as Relações Internacionais?), apesar das eventuais objecções ao enquadramento do tema na disciplina, considermos que se não fosse pelo alinhamento com as iniciativas globais, de que outra forma poderia ser, tratando-se de uma empresa multinacional? Embora a acção seja realizada pelos colaboradores da filial local, ela baseia-se nas políticas da Multinacional, determinadas pela casa-mãe, e aproveita os seus recursos, disponíveis para utilização a nível global (onde quer que a empresa se encontre presente).

Não será, como observamos em Nye, que a empresa-mãe teve poder para negociar em pé de igualdade com Estado de acolhimento, na implementação do seu Centro de Operações de Suporte a Vendas para a Europa, projecto gerador de lucros para a empresa e de postos de trabalho para o Estado que o acolhe? Será a actividade socialmente responsável da empresa considerada, no seguimento da mesma lógica, como capaz de ser enquadrada numa perspectiva de governação global, porquanto utiliza recursos geridos pela casa-mãe (orçamento dos programas utilizados, equipamentos), sendo que se encontra alinhada com os objectivos proposto no seio das iniciativas e OI que actuam neste âmbito? Podemos claramente observar a relação entre a Multinacional com o Estado de acolhimento, relação essa na qual a empresa não pretende apenas colher os benefícios concedidos ou negociados com o Estado, fazendo uso dos seus recursos para a criação de uma relação de reciprocidade.

Não estarão todas as outras actividades de RSE da empresa alinhadas com as linhas que definem o valor que as Multinacionais têm capacidade para acrescentar à sociedade? Esta já não pode ser uma questão considerada de modo segmentado. Uma vez mais, apoiando-nos nas palavras do Professor Adriano Moreira, aproveitamos para frisar que “as alterações políticas que encaminharam para a consideração do género humano como uma só comunidade mundial”<sup>163</sup> são produto de várias revoluções, de carácter técnico e científico, produzindo “o fenómeno chamado da simultaneidade da informação, de tal modo que, em qualquer parte do mundo, em qualquer momento, se verifica uma projecção global dos acontecimentos em curso ao redor da Terra e uma chamada global dos povos à reflexão. (...) o domínio dos mecanismos da informação por um agente interveniente na vida internacional, Estado ou entidade privada de projecção transestadual, pode orientar tendenciosamente o processo de formação de decisões internacionalmente relevantes.”<sup>164</sup> Porque não, então, tirar proveito dessa capacidade que possuem as Multinacionais, de intervir e influenciar os outros actores, para que ajam de forma semelhante, utilizando os seus recursos, chamados pelo Professor de “armas da paz”?<sup>165</sup>

---

<sup>163</sup> Moreira, Adriano, pag 22

<sup>164</sup> Idem, pag 23

<sup>165</sup> Idem, pag 23

Considerando que o objectivo do trabalho não se prende com a classificação moral ou ética da intervenção das empresas Multinacionais nas políticas de desenvolvimento, esperamos apenas que o valor deste trabalho possa de algum modo assentar na chamada de atenção para a relação da Responsabilidade Social das Empresas Multinacionais com as Relações Internacionais, ao fornecer um quadro de reflexão, e que fomenta também o estudo e a abordagem da temática por outros prismas.



## BIBLIOGRAFIA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA, *Dicionário da língua portuguesa contemporânea*, Lisboa, Verbo, 2001, pag 1902

ALBAREDA, Laura, LONZANO, Josep M, TENCANTI, Antonio, MIDTTUN, Atle e PERRINI, Francesco , *The changing role of governments in corporate social responsibility: drivers and responses*, in *Business Ethics: A European Review*, Volume 17, nº 4 Outubro 2008

APPADURAI, Arjun. *Modernity at Large: Cultural Dimensions of Globalization*. Minneapolis, University of Minnesota Press, 1998.

CERVO, Amado Luiz e BERVIA, Pedro Alvino, *Metodologia Científica (para uso dos estudantes universitários)*, São Paulo, McGraw-Hill do Brasil, 1983

CAMPOS, João Mota (coord), PORTO, Manuel Lopes, FERNANDES, António José, MEDEIROS, Eduardo Raposo, RIBEIRO, Manuel de Almeida, DUARTE, Maria Luíza, *Organizações Internacionais – Teoria Geral Estudo Monográfico das Principais Organizações de que Portugal é Membro*, Lisboa, Fundação Caloute Gulbenkian, 1999

DESAI, Meghnad, REDFERN Paul, *Global Governance, Ethics and Economics of the World Order*, London, Pinter, 1995

DRAUTH, Carlo Manuel, *Closing Global Governance Gaps through Corporate Social Responsibility?*, Hertie School of Governance, Working Papers, nº 54, Agosto 2010

DOMINGUES, Leonel Henriques, *Políticas Sociais em Mudança*, Lisboa, ISCSP, 2005

DONAHUE, John D. e and NYE., Joseph S., *Governance in a Globalizing World*, Brookings Institutional Press, 2000

ENGELS, Friedrich e MARX, Larl *Manifesto Comunista de 1914*, José Barata Moura (trad.), Edições Avante, 1997

HAYWARD, Jack e MENON, Anand, *Governing Europe*, Oxford, Oxford University Press, 2003

HEWSON, Martin e SINCLAIR, Thomas J., *Approaches to global governance theory*, New York, State University of New York Press, 1999

JESSUP, Philip C., *Modern Law of Nations*, Orth Press, 2007

MARINI, Jose Filipe, *El Conocimiento Geopolítico*, Tucumán, Universidad Nacional de Tucumán, 1985

MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias de Investigação Social*, ISCSP, UTL, Lisboa, 1994

MOREIRA, Adriano, *Teoria das Relações Internacionais*, Coimbra, Almedina, 1999

NETO, José Cretella, *Empresa Transnacional e o Direito Internacional: um exame do tema à luz da Globalização*, Rio de Janeiro, Forense, 2006

NYE, Joseph e KEOANE, Robert, in *Transnational Relations and World Politics*, Harvard University Press

OLIVEIRA, Odete Maria de, *Relacoes Internacionais: estudos de introdução*. Curitiba, Juruá, 2001

OLIVEIRA, Luís Soares de, *História Diplomática, O Período Europeu, 1580-1917*, Lisboa, Pedro Ferreira, 1994

SIMAI, Mihály, *The future of global governance: managing risk and change in the international system*, Washington, US Institute of Peace Press, 1994

SHAW Malcolm N., *International law*, Cambridge, Cambridge University, 1997

SOUSA, Fernando, *Dicionário de Relações Internacionais*, organização de Fernando de Sousa, Porto, Afrontamento, 2005

UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT, *Disclosure of the impact of corporations on society – current trends and issues*, New York, United Nations, 2004

VÄYRYNEN, Raimo, *Globalization and Global Governance*, Lanham, Rowman & Littlefield, 1999

WALLACE, Cynthia Day, *The Multinational enterprise and Legal Control – Host State Sovereignty in an Era of economic globalization*, The Hague, Martinus Nijhoff, 2002

WEISS, Friedl, WAART, P. J. I. M. de e DENTERS, Erik, *International economic law with a human face*, The Hague, Kluwer Law International, 1998

WILKINSON, Rorden, *The Global Governance Reader*, New York, Routledge, 2005

YIN, Robert K., *Case Study Research: Design and Methods, (Applied Social Research Methods)*, Sage.3ª Ed, Thousand Oaks, CA, 2003

YOUNG, Oran R, *Global Governance, drawing insights from the environmental experience*, Cambridge, MIT Press, 1997

ZERK, Jennifer A., *Multinationals and corporate social responsibility, Limitations and Opportunity in International Law*, Cambridge, Cambridge University Press, 2006

#### WEBGRAFIA

[http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/index\\_en.htm](http://ec.europa.eu/enterprise/policies/sustainable-business/corporate-social-responsibility/index_en.htm)

<http://eescola.pt/>

<http://fundacao.telecom.pt>

[http://group.aomonline.org/cms/Meetings/Los\\_Angeles/Workshop08/Banerjee.pdf](http://group.aomonline.org/cms/Meetings/Los_Angeles/Workshop08/Banerjee.pdf)

<http://imri10.us.splinder.com/post/818371/>

[http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.p  
df](http://projetos.inf.ufsc.br/arquivos/Metodologia%20da%20Pesquisa%203a%20edicao.pdf)

<http://unctc.unctad.org/data/e90iia11k.pdf>

[www.alliance21.org/2003/article2132.html](http://www.alliance21.org/2003/article2132.html)

[www.business.illinois.edu/aguilera/pdf/Williams%20Aguilera%20OUPfinal%20dec%2  
02006.pdf](http://www.business.illinois.edu/aguilera/pdf/Williams%20Aguilera%20OUPfinal%20dec%202006.pdf)

[www.cisco.com](http://www.cisco.com)

[www.cisco.com/web/PT/about/hercules/index.html](http://www.cisco.com/web/PT/about/hercules/index.html)

[www.comicrelief.com](http://www.comicrelief.com)

[www.cm-loures.pt/p\\_lm.asp](http://www.cm-loures.pt/p_lm.asp)

[www.consilium.europa.eu/uedocs/cms\\_data/docs/pressdata/en/ec/00100-r1.en0.htm](http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cms_data/docs/pressdata/en/ec/00100-r1.en0.htm)

[www.cm-loures.pt/p\\_lm.asp](http://www.cm-loures.pt/p_lm.asp)

[www.eurofound.europa.eu/areas/businessandsociety/csreport.htm](http://www.eurofound.europa.eu/areas/businessandsociety/csreport.htm)

[www.eui.eu/Projects/GGP/Documents/Publications/FlyerGGP10-11.pdf](http://www.eui.eu/Projects/GGP/Documents/Publications/FlyerGGP10-11.pdf)

[www.eurada.org/site/files/Social%20affairs/CSR%20Business%20Ethics.pdf](http://www.eurada.org/site/files/Social%20affairs/CSR%20Business%20Ethics.pdf)

[www.faculty.umb.edu/david\\_levy/CSR2007.pdf](http://www.faculty.umb.edu/david_levy/CSR2007.pdf)

[www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap\\_3\\_Como\\_Elaborar.pdf](http://www.geocities.ws/cienciascontabeisfecea/estagio/Cap_3_Como_Elaborar.pdf)

[www.globalreporting.org/](http://www.globalreporting.org/)

[www.hapinternational.org/pool/files/aartscholteaccountable.pdf](http://www.hapinternational.org/pool/files/aartscholteaccountable.pdf)

[www.ilo.org/empent/Whatwedo/Publications/lang--en/docName--WCMS\\_094386/index.htm](http://www.ilo.org/empent/Whatwedo/Publications/lang--en/docName--WCMS_094386/index.htm)

[www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf](http://www.iusgentium.ufsc.br/revista/artigo01.pdf)

[www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf](http://www.london.edu/facultyandresearch/research/docs/03-701.pdf)

[www.oecd.org/document/53/0,3746,en\\_2649\\_34529562\\_1933109\\_1\\_1\\_1\\_34529562,00.html](http://www.oecd.org/document/53/0,3746,en_2649_34529562_1933109_1_1_1_34529562,00.html)

[www.programaescolhas.pt](http://www.programaescolhas.pt)

[www.scribd.com/doc/39241364/Governanca-em-rede-da-metafora-ao-objecto-de-investigacao](http://www.scribd.com/doc/39241364/Governanca-em-rede-da-metafora-ao-objecto-de-investigacao)

[www.unglobacompact.org](http://www.unglobacompact.org)

[www.unicef.pt/docs/os\\_objectivos\\_de\\_desenvolvimento\\_do\\_milenio.pdf](http://www.unicef.pt/docs/os_objectivos_de_desenvolvimento_do_milenio.pdf)

[www.unhos.pt/varios/diagnostico%20social.pdf](http://www.unhos.pt/varios/diagnostico%20social.pdf)